



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Diário da Sessão**

**VI Legislatura**

**Número: 25**

**I Sessão Legislativa**

**Horta, Quarta-Feira, 15 de Outubro de 1997**

**Presidente:** *Deputado Dionísio de Sousa*

**Secretários:** *Guilherme Pinto e José Ramos Aguiar*

### **Sumário**

*Os trabalhos iniciaram-se às 15,10 horas.*

Deu-se início aos trabalhos com a apresentação, pela Sra. Deputada Fernanda Mendes (PS), do **Relatório da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, sobre a Problemática da Droga na Região Autónoma dos Açores.**

Após a sua apresentação iniciou-se o debate sobre este Relatório, em que usaram da palavra os Srs. Deputados Ana Carolina (PSD), Vasco Cordeiro (PS), Paulo Valadão (PCP), Natividade Luz (PS), João Greves (PP), Sidónio Bettencourt (PSD), Fernanda Mendes (PS), Almeida e Sousa (PP), Fátima Sousa (PS), Rui Pedro Ávila (PS), Herberto Rosa (PS), Madruga da Costa (PSD), Aurélio da Fonseca (PSD), Manuel Serpa (PS), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, (*Álamo de Meneses*).

**Período de Antes da Ordem do Dia.**

Depois de lida a correspondência entrada na Mesa, passou-se ao **período destinado a intervenções de interesse político relevante para a Região**, em que intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Carlos Fraga (*PS*), Almeida e Sousa (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Victor Cruz (*PSD*), Manuel Brasil (*PSD*), António Gomes (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Aires Reis (*PSD*), António Meneses (*PSD*), Eugénio Leal (*PSD*) e João Greves (*PP*).

*Os trabalhos terminaram às 20,00 horas.*

---

**Presidente:** Muito boa tarde a todos.

Agradecia a vossa atenção para a chamada.

O Sr. Secretário faça o favor de proceder à chamada.

*(Eram 15,10 horas)*

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PS** - António Gomes, António José Loura, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Donísio Sousa, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Fernando Meneses, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, Herberto Rosa, João Carlos Macedo, João Forjaz Sampaio, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Luís Resendes, Manuel Serpa, Natividade Luz, Norberto Messias, Rui Pedro Ávila; **PSD** - Alberto Madruga da Costa, Ana Gomes Silva, Aurélio da Fonseca, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, Jaime Carvalho de Medeiros, João Cunha, Joaquim Ponte, José Aguiar, José Francisco Fernandes, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Sidónio Bettencourt, Victor Cruz; **PP** - João Greves, Nuno Almeida e Sousa; **PCP** - Paulo Valadão).*

**Presidente:** Estão presentes 43 Srs. Deputados.

Declaro aberto os trabalhos. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos, que terão como 1.º ponto a apresentação e discussão do Relatório sobre a Problemática da Droga na Região Autónoma dos Açores, elaborado pela Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, como estava previamente combinado.

Para fazer a apresentação deste relatório, tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes, Presidente da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais.

**Deputada Fernanda Mendes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, Jovens, Professores e público em geral:

Em Fevereiro deste ano foi deliberado em Conferência de Líderes Parlamentares Açorianos, realizada nesta Sessão Plenária, que esta Comissão deveria elaborar um trabalho de recolha de dados, para que tivéssemos uma base para este debate, não só a ser efectuado por nós, mas também pelos jovens das Escolas Secundárias da Região.

Tenho a referir que foi nomeada uma Subcomissão Eventual, saída da Comissão de Juventude, para elaborar esse trabalho, estando nela representados todos os partidos com assento parlamentar, que participaram na definição da metodologia utilizada na recolha dos dados pretendidos.

O presente relatório pretende reflectir somente os resultados dos dados constantes do formulário efectuado e das respostas obtidas.

O que eu quero dizer com isto é que sendo a problemática da toxicod dependência vasta e tendo várias vertentes, esta Comissão teve que definir o âmbito do seu trabalho e teve que restringi-lo ao formular perguntas muito concretas, no formulário por ela criado.

Para que fique bem claro e para que os nossos jovens possam compreender este relatório, eu gostaria de dizer que, e assim está escrito, quando falamos em toxicod dependência no âmbito deste relatório, estamos a falar somente de doentes e não de pessoas que estão experimentando substâncias, quer sejam elas nocivas quer não sejam, quer seja autorizado o seu comércio, ou sejam lícitas ou ilícitas.

Este trabalho restringe-se apenas às drogas ilícitas e somente aos toxicod dependentes, porque era impossível elaborar um trabalho de âmbito muito mais vasto e recolher os dados como nós pretendíamos.

Neste relatório temos anexado o formulário que enviámos às várias instituições e foram escolhidas em função, não só da grande probabilidade de contactarem casos de toxicoddependência, mas de observarem ou tratarem casos desse tipo de doença.

Como nós sabemos é extremamente difícil responder a formulários e tenho experiência do lado de lá, ou seja, enviarem questionários para nós respondermos enquanto médicos ou chefes dum serviço ou duma instituição, entendeu a Comissão que esse formulário teria que ser muito simples, com perguntas muito concretas, para podermos ter o máximo possível de respostas.

Assim, pretendeu-se saber o número de toxicoddependentes em dadas instituições, sexo e média de idades.

Seguidamente pretendeu-se saber se foi detectado algum caso, por exemplo numa escola, e que encaminhamento fizeram.

Uma terceira questão era, por prioridade, quais as drogas mais utilizadas.

E, havia uma quarta questão em aberto, relacionada com o título "Comentários", em que todas as instituições poderiam fazer os comentários e sugestões que bem entendessem serem válidas para esta problemática.

Assim, tenho a dizer que nós enviámos os formulários para todas as Escolas do Ensino Básico 2/3/S da Região, para todas as Associações de Estudantes dessas mesmas escolas, Associações de Pais e Encarregados de Educação, Instituições Privadas de Solidariedade Social, tais como Centros Sociais Paroquiais, Associações de Apoio à problemática em questão, como por exemplo Alternativa, em Ponta Delgada, Núcleo Regional de Projecto Vida, 16 Centros de Saúde, 3 Serviços de Psiquiatria dos Hospitais da Região, 3 Casas de Saúde Psiquiátricas, que são as instituições para internamento dos doentes, 4 Médicos Psiquiatras com Consultório Privado, 3 Comandos de Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Polícia Judiciária, 2 Estabelecimentos Prisionais e Instituto de Reinserção Social.

Ao todo enviámos 140 formulários, mas não se esqueçam que, ao enviarmos para essas instituições todas, a Comissão sabia que ía obter números que não se podiam somar. Isto é importante que fique muito claro.

De qualquer forma, entendemos por bem enviar os formulários para termos uma visão, o mais vasta possível, sobre a problemática com os parâmetros pré-definidos.

Assim sendo, dos 140 formulários, apenas responderam 61, o que corresponde a 43,6%, mas não estou preocupada com esta percentagem, embora ela seja válida, porque enviámos para 30 Associações de Estudantes e responderam 3, enviámos para 30 Associações de Pais e Educadores, responderam duas ou três.

Portanto, aquelas instituições que, de facto, tinham números e que tinham relação com a repressão, com a saúde ou com apoio às famílias, essas responderam 100%.

Logo de seguida, no nosso relatório, nós temos o quadro das escolas e dos 30 formulários enviados, foram respondidos 23. É uma boa adesão e uma boa percentagem de respostas. Neles podemos constatar que não foi detectado ou observado nenhum caso de toxicoddependência e relembro mais uma vez que seria extremamente grave se as nossas escolas detectassem um número acentuado de toxicoddependentes. Então o âmbito deste debate, neste Plenário, não seria deste teor.

Muitas das escolas diziam nos comentários que, embora não tenham detectado nenhum toxicoddependente, têm a convicção que é possível existir um ou outro caso esporádico e estarão mais ligados a haxixe e marijuana.

De qualquer forma, todas as escolas são muito claras em dizer que precisavam de ter uma formação mais acentuada, relativamente a esta problemática, quer para os Professores, quer para as Auxiliares de Acção Educativa, para melhor poderem acompanhar os alunos nessa temática.

Tenho a dizer que as duas únicas respostas dadas sobre essa problemática foi duma escola de S. Miguel e que falou de dois casos relacionados com intoxicação aguda de álcool. Portanto, também não podemos falar em alcoolismo. Responderam como toxicoddependência, mas estas respostas relacionam-se com intoxicação aguda de álcool.

Seguidamente temos os quadros II e III do nosso relatório, em que temos as Associações de Estudantes e Associação de Pais e Encarregados de Educação.

O facto de haver 3 respostas da Associação de Estudantes e 4 da Associação de Pais e Encarregados de Educação, todas elas disseram que não detectaram toxicoddependentes, mas todas elas tinham a impressão de que havia o fenómeno

droga, que é outra coisa diferente. Portanto, haver experimentação e haver aliciamento é um aspecto da problemática da toxicod dependência, mas não é na restrição da definição de um toxicod dependente.

Há uma associação de S. Miguel que responde muito objectivamente, dizendo que não tem conhecimento objectivo de situações de consumo de estupefacientes, e a existirem não nos parece terem sido graves. Não detectaram também movimentos de tráfico. Foi a resposta mais objectiva.

De 3 Associações de Pais que responderam, dizem que não dispõem de dados para responder, mas uma delas afirma não ter dúvidas da existência de consumo de drogas.

No quadro IV, a resposta das Instituições Privadas de Solidariedade Social, temos somente resposta da Associação para Apoio ao Toxicod dependente e sua Família - Alternativa, que é uma associação para apoio a toxicod dependentes e sua família, existente em Ponta Delgada, e que dá apoio à Penitenciária de Ponta Delgada e dá apoio às famílias. E, quero chamar a atenção para o número elevado, número este que tem uma população que vai estar concomitantemente na Alternativa, em instituições de saúde e na prisão.

De seguida nós temos o quadro relativo aos Centros de Saúde da nossa Região e somente o de Ponta Delgada e o do Pico detectaram toxicod dependentes. No Pico foram dois casos e que encaminharam para as instituições especializadas, ou seja, psiquiátricas, tendo o Centro de Saúde de Ponta Delgada procedido da mesma forma. Portanto, os números de toxicod dependentes detectados pelos Centros de Saúde em 1996 - e queria relembrar estes números e a pergunta que nós fizemos sobre os casos detectados, estavam restringidos ao ano lectivo 95/96 - alguns deles poderão também estar contidos no número do Serviço de Psiquiatria e das Casas de Saúde Psiquiátricas.

Quero dizer que esta Comissão ao apontar números, não está falando de pessoas, até porque estes inquéritos, ao terem que controlar o número exacto, devem ter muito atenção com o sigilo profissional e com codificações muito especiais para o efeito.

De seguida temos o quadro VI que engloba as respostas dos especialistas e das instituições especializadas, ou seja, dos psiquiatras em consultório, dos hospitais e

das casas de saúde. Aqui sim, temos um número razoável e se somarmos esse número, que são números de doentes e números reais, podemos afirmar muito concretamente que em 1996 procuraram consultas especializadas 119 indivíduos nessas instituições, em que somamos ou não aqui os dos Centros de Saúde, mas também o número não é assim tão alto que possa aumentar em demasia os casos.

A droga mais utilizada é a heroína e não é só aqui, mas também no continente e na europa a droga mais consumida. Aqui já estamos perante doentes que estão nos serviços especializados.

No entanto, quero aqui realçar que vários psiquiatras comentaram que o abuso do consumo de bebidas alcoólicas, por parte dos jovens, que embora esteja ainda no rol dos comportamentos ligados à experimentação, podem ser o início da estrada do alcoolismo, bem como o início de outros consumos.

Relembramos também que os heroinómanos, que são os dependentes da heroína, consomem álcool em excesso e outras substâncias. Aqui estamos perante indivíduos politoxicod dependentes. É de relembrar que 50% das pessoas que são internadas nas Casas de Saúde Psiquiátricas, são por problemas alcoólicos e quero dizer também que, durante o ano passado, o número de indivíduos internados nas Casas de Saúde por tixocod dependência ilícita foram só 20, felizmente.

Tenho a referir ainda que dos indivíduos, por exemplo, observados, no Hospital de Ponta Delgada e no Serviço de Psiquiatria, a maioria foram enviados pela prisão e que a maioria que foi a tratamento ambulatório na Casa de Saúde foram também do instituto prisional.

Seguidamente vamos para as instituições policiais repressivas, como por exemplo: Polícia, Estabelecimentos Prisionais e Instituto de Reinserção Social, que embora esteja ligado às cadeias é um instituto que actua numa fase de ligação com a comunidade. É claro, que não podemos somar estes números com os números anteriores, porque a polícia ao responder ao nosso inquérito diz que os casos detectados foram casos de pessoas que são detidas por se encontrarem de posse duma quantidade "X" de substâncias ilícitas, que pela quantidade é considerado um traficante, ou seja, um indivíduo pode ser um tixicod dependente, mas porque tinha aquela quantidade a mais é detido e pode ser preso.

Portanto, neste número de 258 inscritos no relatório, e que pertencem ao quadro de respostas de todas as forças policiais e da reinserção social, eu tenho traficantes e toxicodependentes traficantes.

A Polícia Judiciária não nos deu números, porque referiu que está ligada ao tráfico e não a consumidores e por isso não fazem tratamento estatístico destes casos. No entanto, dizem que a droga mais utilizada na Região pelos toxicodependentes é a heroína e que a cocaína apreendida na Região é toda ela relacionada com o comércio para fora do nosso país. Portanto, é destinada ao tráfico internacional.

As drogas preferenciais de consumo, segundo as forças policiais, é a heroína, seguida do haxixe e liamba.

De seguida temos as respostas destas instituições separadas por ilhas e verificamos que S. Miguel, relativamente à sua população, é a que apresenta o maior número de toxicodependentes que foram assistidos nas instituições especializadas, sendo 43 do Instituto Prisional de Ponta Delgada, mas quero chamar a atenção que nesses 43 estão os toxicodependentes e aqueles que têm consumos esporádicos e que, por isso mesmo, também têm problemas relacionados com o seu comportamento.

Já Angra do Heroísmo ao responder, é clara dizendo que o número dado era só de toxicodependentes. Talvez por isso é que o número tenha sido pequeno, 5 indivíduos apenas.

Em Ponta Delgada é que está a Alternativa, que é essa Associação de Apoio ao Toxicodependente e sua Família.

Depois temos a Terceira que tem também um número razoável nas instituições hospitalares psiquiátricas e não temos dúvidas de que este é o indicador mais aproximado dos toxicodependentes existentes que foram tratados, porque nós sabemos que há toxicodependentes que não procuram tratamento. Este número é o número que temos mais aproximado do real, relativamente a esta questão.

Da ilha do Faial, e não sabemos porquê, não tivemos resposta das instituições e entidade de saúde.

Na Ilha do Pico não existe novidade, referindo apenas dois casos que foram enviados para psiquiatras.



As Flores também não detectaram casos de toxic dependência. No entanto, a Associação de Pais e Educadores sentem-se preocupados com a questão, principalmente com o problema da droga.

Quero aqui dizer mais uma vez que, quando nós falamos da problemática da droga e que ela existe na escola, estamos dizendo que na escola e no espaço fora da escola há aliciamento para heroína, haxixe e marijuana, mas mais estas duas últimas substâncias, e que os jovens estão na fase da experimentação, quer de bebidas alcoólicas, quer do café, quer do tabaco, quer das outras substâncias, ou seja, lícitas e ilícitas.

Para terminar a fase dos quadros, temos no fim do nosso relatório os dados regionais por instituições e entidades e, muito rapidamente, posso-vos dizer que os Centros de Saúde detectaram 14 pessoas, sendo a maioria no Centro de Saúde de Ponta Delgada; que as Instituições Privadas de Solidariedade Social, a Alternativa detectou 68 casos; os Psiquiatras, os Hospitais e Casas de Saúde 138; PSP e GNR 163; Estabelecimentos Prisionais 48 e Instituto de Reinserção Social 47.

Como expliquei no início, estes são números que não podemos somar. São números que têm um valor diferente e a análise deve ser feita por instituição.

Nas considerações finais podemos verificar que o número predominante de casos obtidos, entre as diferentes instituições e entidades, são do sexo masculino, com uma média de idade de 24 anos.

Houve dificuldades na obtenção do número exacto de toxic dependentes na Região, porque além de se ter constatado que foram utilizadas nas respostas conceitos diferentes, existiram também números sobrepostos entre os indicados pelas diversas instituições e entidades.

A maioria dos casos foram detectados e observados nas unidades de saúde e que a substância mais consumida foi a heroína, que técnicos dos serviços de saúde chamaram a atenção para o abuso de bebidas alcoólicas por parte dos jovens, que os heroinómanos consumiam também álcool e são essencialmente politoxic dependentes.

Houve sugestões na folha de comentários, no sentido de exigir mais vigilância nas escolas e lugares frequentados pelos jovens, de modo a reduzir o risco, bem como a

necessidade de formação, repito, é uma das nossas conclusões, porque entraram muitos comentários, essencialmente dirigida a Professores e Auxiliares de Educação Educativa, para melhor poderem acompanhar os jovens relativamente a esta problemática.

Igualmente foi sugerida a necessidade da existência na Região duma comunidade terapêutica e posso dizer que essa comunidade, que fará parte dos tratamentos a oferecer aos toxicodependentes, dentro em breve entrará em funcionamento. Esta questão, digamos, já está contemplada.

Também foi apontado como necessário proceder a modificações na legislação existente, para não se confundir nem se criar traficantes que são doentes, porque toxicodependentes são doentes e a toxicodependência é uma doença crónica. São excepções aqueles indivíduos que se curam.

Temos de compreender que, tal como temos imensas doenças crónicas, em que nós só equilibramos o indivíduo, vamos chegar a um ponto em que esse indivíduo não consome produtos tóxicos, não consome heroína, tem a sua família e o seu trabalho, mas ele é doente e não pode voltar a experimentar nenhuma dessas substâncias, porque rapidamente volta a ficar deteriorado e doente. É como o alcoólico, porque ele é alcoólico a vida toda.

Portanto, é preciso, de facto, proceder a modificações na legislação e não confundir doentes com traficantes.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade na Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

Antes de terminar, quero dizer que tenho imensa pena que estes jovens dentro em breve tenham de partir, porque depois desta apresentação do relatório, vai começar o nosso debate e neste sentido eu proponha ao Sr. Presidente que se faça uma edição especial do Diário das Sessões para poder ser enviado às escolas.

Muito obrigada.

*(Aplausos de toda a Câmara)*

**Presidente:** Sr. Deputados, vamos entrar no debate do relatório que acaba de ser apresentado. Para o efeito dou a palavra à Sra. Deputado Ana Carolina.

**Deputada Ana Carolina (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Jovens e Professores:

O Grupo Parlamentar do PSD quer fazer aqui uma saudação muito especial aos jovens que esta manhã nos deram a possibilidade de assistir a um “Plenário Jovem” que ficará na história desta casa. A eles e aos professores que os acompanham o nosso muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Jovens e Professores:

A droga não pode ser só um velho problema. É um problema novo cada dia que passa, porque são cada vez mais as pessoas que são apanhadas na sua teia: jovens, pais, familiares, no fundo, todos nós porque este problema também é **nosso**.

A prevenção é necessária, mas não pode ser a cómoda resposta em que descansamos a nossa necessidade de agir. Só prevenir já não é suficiente. Só eleger um dia D não é a solução, porque para alguns todos os dias são dias D, de dor, de desespero, de desânimo.

Evitemos apontar o dedo e rotular os toxicodependentes de criminosos, de marginais. Deixemo-nos de cobardias e de falsos moralismos.

Este não é um tema para ser partidarizado e aqui nesta casa, há um ano e meio, tentámos que o não fosse. O PSD elaborou uma proposta de DLR que foi aprovada por maioria, com a abstenção incompreensível do PS.

Hoje, é com agrado que vemos o Secretário da Educação e Assuntos Sociais a recorrer frequentemente a este decreto e a enaltecer as suas virtudes. É a única legislação regional sobre toxicodependência. Há ainda muito caminho a percorrer. Sim, porque nós aqui nos Açores, podemos ter formas de combate próprios, meios de ajuda e recuperação nossos e acções de reintegração adequadas ao nosso meio. Sem depender de outros, olhando a nossa realidade, a nossa especificidade.

O Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD é um contributo.

É a vontade política ao serviço de uma causa que não se resolve só com boa vontade ou com o recurso à repressão.

A sua intenção é reforçar os mecanismos de prevenção, apoio e tratamento da toxicod dependência para a Região Autónoma dos Açores.

A família, a escola e a sociedade, por maior que seja a importância do Estado, deverão assumir sempre um papel importante na acção de prevenir.

Prevenir é agir antes.

Agir antes de comprometer o futuro.

Agir antes de arruinar vidas.

Agir antes de destruir jovens.

Sensibilizar os mais novos, porque são eles o alvo prioritário.

Informar os pais e educadores, porque são eles quem podem e devem educar os mais novos para uma vivência saudável.

Formar a sociedade para que possa mais correctamente lidar com este problema.

São modos de agir como se impõem. Como já disse nesta casa, organizar a prevenção em torno de toda a população escolar, envolve os intervenientes no processo educativo que na escola e fora dela se encontra próximo do jovem.

Uma equipa de técnicos especializados em prevenção nas diversas áreas (saúde, sociologia, psicologia) que se desloque às escolas, colmatando a falta de formação e orientando a actuação da sua população é uma necessidade urgente.

O tratamento do problema quer através da interdisciplinaridade: preparar os professores das diferentes disciplinas para tratar estes problemas nas suas várias vertentes: economia, biologia, história e até literatura, quer através da simples preparação daqueles que no dia a dia contactam com esta realidade, no seu trabalho junto dos jovens ou nas suas próprias casas é prioritário.

Também a Área-Escola pode ser uma via para acção deste apoio técnico, funcionando os jovens como suporte privilegiado no tratamento do tema.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Jovens e Professores:

É preciso levar a sério as dificuldades que os jovens enfrentam.

Muitas delas são o ponto de partida para o refúgio no álcool ou na droga.

O tipo de educação é determinante na adopção de certos hábitos.

O apoio que um jovem encontra da escola, na família e na sociedade em geral é fundamental.

A elaboração de um guia com informação correcta, com esclarecimentos preciosos e com concelhos necessários é algo que merece o empenho dos responsáveis na sua cuidada elaboração.

Um guia que tenha como referência a nossa realidade e como conteúdo a mais valia de alertar para o perigo não pelo medo, mas pelo incentivo à participação e a adopção de estilos de vida saudáveis.

A criação de serviços SOS, tendo em conta a dispersão geográfica da Região, visando possibilitar aos toxicodependentes, familiares e amigos uma forma de apoio mais próxima da sua realidade, é a oportunidade de garantir-lhes um meio onde por vezes procuram conselho, ânimo ou até onde encontram alguém com quem desabafar.

Do outro lado da linha estarão, certamente, pessoas com formação específica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Jovens e Professores:

O toxicodependente é um doente.

Um doente que merece ser tratado com a dignidade que o estatuto de cidadania e o imperativo de solidariedade a todos confere.

A criação de uma consulta diferenciada de toxicodependência nos Hospitais da Região, vai disponibilizar um atendimento prioritário ao toxicodependente.

Evitar as longas esperas que podem desmotivá-lo, desesperá-lo e afastá-lo da vontade de recuperação é a nossa principal preocupação.

A participação na aquisição de medicamentos específicos para o tratamento de heroínodependência um passo decisivo na caminhada de progressiva preocupação com que este decreto contempla a recuperação física e mental do toxicodependente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Jovens e Professores:

A lei penal portuguesa privilegia a penalização dos traficantes e não dos consumidores. Daí que nos tribunais muitos digam que a droga que têm em sua posse é para consumo, tentando com isso fugir às penas próprias para os traficantes.

É de registar que a jurisprudência nos açores tem, sobretudo nos últimos anos, acentuado o carácter preventivo e dissuasor na medida das penas impostas e que os recursos das sentenças são em regra geral mal sucedidos.

É a chamada e já conhecida “mão pesada” dos tribunais.

Os órgãos de governo próprio dos Açores, Assembleia e Governos Regionais, têm ao seu alcance um conjunto de mecanismos de intervenção nas áreas da educação e saúde, mas convém lembrar que a legislação penal é da exclusiva competência da Assembleia da República.

A luta contra a droga não pode parar, nem sequer abrandar. A distração ou a passividade pagam-se caro. É preciso vencer a droga e não deixá-la invadir os nossos espaços, prejudicar os nossos jovens, destruir as nossas famílias.

O fim do século parece agravar todos os problemas sociais: a pobreza, a droga, a sida, e alguns outros de dimensão política e económica. Todos sofrem os efeitos, por isso, todos devem procurar as soluções.

A droga compromete as pessoas fisicamente, psicologicamente e socialmente. O sofrimento do corpo e do espírito torna-se insuportável.

A dependência comanda a vontade, que debilitada se deixa moldar negativamente.

A droga não escolhe classes, nem situações económicas, colhe todos os que por curiosidade, infelicidade ou desejo de aventura nela se refugiam

É preciso conhecer o problema.

E foi esta a intenção do trabalho efectuado pela Comissão de Juventude e Assuntos Sociais desta Assembleia.

No entanto, os resultados não nos possibilitam o conhecimento da real dimensão do problema nos Açores.

Foram enviados 140 inquéritos a entidades e instituições da nossa Região, mas só foram respondidos 61. Descuido ou esquecimento, esperamos que apesar de tudo não seja um sinal de alheamento da sociedade açoriana para um problema que tem vindo a agravar-se e que alguns teimam em fingir que não existe.

Respostas, algumas claramente reveladoras de preconceitos, falsas e muito distanciadas daquilo que vocês jovens sabem ser o dia a dia das escolas.

Os números mais realistas fornecidos pelos estabelecimentos prisionais, pelos hospitais e centros de saúde ou por psiquiatras, casas de saúde e associações ligadas ao combate da toxicodependência não nos permitem só por si o verdadeiro enquadramento do problema, uma vez que os números das Escolas, fundamentais para a nossa análise, nada revelam.

Intenções sérias que esbarram em falsos moralismos e não atingem objectivos que só iriam beneficiar os jovens desta terra.

Mas não desmobilizaremos. Continuaremos a lutar como fizemos no passado, um combate que nasce da dor de muitos para alimentar a esperança de todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Jovens e Professores:

Foi com muito agrado que esta manhã assisti ao “Plenário Jovem” sobre Toxicodependência.

Aprendi, aprendemos todos, e agradeço-vos por isso.

Jovens a falarem com consciência e seriedade de um dos problemas mais graves do nosso tempo é um privilégio que não vou esquecer. Ouvir-vos apontarem causas para a ligação ao mundo da droga como as relações pais/filhos, a falta de ocupação para os tempos livres, as frustrações que não são entendidas, a solidão que é esquecida é um exemplo para os adultos que julgam por vezes, que a culpa é só do jovem rebelde e inconsciente.

Um debate que alertou para questões que precisam ser pensadas e discutidas e que gostaria de aqui realçar:

Levará a liberalização das drogas ao aumento do seu consumo, como acontece com o álcool, preocupação tão evidente dos vossos discursos?

Se as drogas leves forem liberalizadas não passarão os jovens a preferir as que são proibidas?

A liberalização acaba com o tráfico, mas acabará com o vício?

Os consumidores devem ou não ser considerados criminosos, uma vez que o consumo conduz a actos que não podem deixar de ser penalizados?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Jovens e Professores:

Hoje, aqui, não queria falar de droga, queria falar de vida.

Ainda não é possível. Temos de trabalhar todos juntos para que o seja.

E mesmo sabendo que é difícil, amanhã quero muito falar só de vida.

Obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PSD e PS)*

**Presidente:** Para dar continuidade ao debate, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Estudantes e Professores:

Uma saudação muito especial ao Excelentíssimo Sr. Presidente pela iniciativa de trazer aqui a esta Sala, contribuindo de certa forma para o interesse dos jovens pela política, a discussão dum tema importante, actual, quicá polémico, como é a questão da toxicodependência.

Igualmente louvável é que os jovens tenham respondido de forma tão numerosa a esta iniciativa, estando aqui presente, dando a sua opinião, o que só contribui para o enriquecimento do debate e para um maior aprofundamento desta questão.

Muito se tem dito e escrito a propósito do problema da toxicodependência, suas causas, efeitos, circunstâncias agravantes e atenuantes.

Tivemos a oportunidade de escutar esta manhã intervenções de estudantes das escolas da Região, da mesma forma que estamos agora analisando e debatendo o relatório preparado pela Subcomissão desta Assembleia encarregue de proceder à elaboração dum relatório sobre esta matéria.

Importa agora procedermos também nós, deputados regionais, à discussão e análise desta matéria, por forma a que também estejamos habilitados à emissão duma posição sobre esta questão, ao mesmo tempo que nos esclarecemos mutuamente sobre as diversas vertentes que ela pode assumir. E uma dessas vertentes é, dentro da área da toxicodependência relativa ao consumo de Droga, a questão, porventura polémica, da despenalização do consumo e liberalização do tráfico de substâncias estupefacientes.

Em primeiro lugar, é imprescindível clarificar aquilo de que se fala, determinando, à partida, o significado de cada conceito por forma a não potenciarmos a confusão que a questão já de si causa por ser tão complexa.

Assim, e conforme se pode descortinar pela própria terminologia, quando se fala em despenalização do consumo, estamos precisamente a referir-nos à situação de alterar a lei no sentido de eliminar a reacção penal que ela impõe em relação aos consumidores.



Por outro lado, liberalização significará, num sentido amplo, a livre comercialização de drogas e, num sentido restrito, a possibilidade desse comércio existir, mas sujeitando-o a determinada regulamentação como, por exemplo, permitir a sua venda mediante a identificação como consumidor ou através de prescrição médica. Já agora, saliente-se que em relação à liberalização num sentido amplo, poucos ou nenhuns são aqueles que a defendem.

Conforme já podemos descortinar por aquilo que atrás ficou exposto, despenalização do consumo e liberalização do tráfico significam a possibilidade de actuação sobre duas realidades distintas, muito embora, em determinadas situações, se possam tocar. Saliente-se que a nível nacional existem posições que abrangem todas as possibilidades de reacção perante esse fenómeno. Temos os que defendem a despenalização do consumo mais a liberalização, em sentido restrito, do tráfico; temos os que defendem a distribuição gratuita de droga pelo Estado a toxicodependentes; temos os que defendem apenas a despenalização do consumo privado; e temos, finalmente, os que não pretendem ser agarrados por esta discussão, e defendem a manutenção da situação actual, defendendo assim a manutenção da punição do consumo e do tráfico.

Posto isto, importa talvez avançar um pouco mais na discussão, e começar a definir posições e pontos de partida. Dessa forma, julgamos que aquela que tem sido a actual política, na forma como se lida com o estado da situação, não pode continuar por muito mais tempo.

É uma política caduca, imbuída de princípios éticos errados, e que se mantém apenas para lavar a consciência duma sociedade conservadora mais interessada em apaziguar os seus fantasmas do que encarar de frente o problema e avançar decididamente na busca, não duma forma de combater aqueles que por este mal são afectados, mas sim da melhor forma de com ele lidar e minimizar os seus efeitos.

Essa nova forma de encarar o problema, e os números demonstram-no, não pode consistir na continuação duma política de punição do consumo, alegadamente protegendo-se, não se percebe bem que bem jurídico, e sancionando comportamentos ilícitos ficcionados.

Todos estamos de acordo que a tentativa de minimização dos efeitos desse flagelo não pode ser abandonada. Porém, a sua continuidade não poderá nunca significar a persistência num rumo que nos afunda cada vez mais no abismo do aumento do consumo, do aumento do tráfico e ainda do aumento dos fenómenos de criminalidade a ele associados.

Já alguém caracterizou esta questão da toxicodependência e, por inerência, do consumo de drogas, como a Peste Negra do Séc. XX.

Na verdade, o comportamento que maioritariamente se assume em sociedade e que se consubstancia, desde logo, na punição do consumo, parece-nos um pouco semelhante com aquilo que na Idade Média se fazia com a Peste. Só a pronúncia do nome fazia tremer as gentes, que assim amedrontadas, condenavam, quer aqueles que realmente estavam quer aqueles que somente aparentavam estar ligados a esse problema. Condenava-se, e agora condena-se de igual modo a vítima e o transmissor, a todos acusando de serem veículos de destruição e de desgraça.

Aquilo que actualmente se faz não só em relação à toxicodependência, mas também em relação a outros flagelos do nosso século, como por exemplo a SIDA, é condenar, depressa e já, pois só assim se afasta o receio e a consciência se acalma.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Estudantes e Professores:

É importante inverter o rumo desta situação!

Aqui, desde logo avançamos com a ideia de que essa inversão passa necessariamente pela despenalização do consumo de estupefacientes, enveredando assim para uma postura mais coerente em termos de princípios penais e mais realista numa perspectiva social.

Mais conforme princípios penais uma vez que corrigiremos a situação actualmente existente e que permite que indivíduos doentes possam ser condenados e encarcerados pelo simples facto de consumirem uma determinada substância. E, se mais razões não houvesse, esta seria já motivo suficiente para procedermos a uma alteração do que acontece em relação ao consumo. Com efeito, fazer o Estado reagir com uma pena de prisão ou multa, em função do facto duma determinada pessoa consumir determinada substância, parece-nos uma situação que poderá servir muitos

interesses, menos o de lidar com o problema duma forma a que presida o objectivo de diminuir os seus efeitos.

Assim, em primeiro lugar parece-nos ser necessária uma alteração da situação legislativa no que ao consumo de estupefacientes respeita.

E já que aqui estamos, poderemos até avançar com uma dúvida, poderemos, deveremos ir mais além alterando também a postura do Estado face à comercialização de substâncias estupefacientes?

Ou será preferível avançar apenas para a despenalização do consumo, deixando para mais tarde uma intervenção sobre o tráfico?

Esta é uma daquelas questões em que só após um debate exaustivo e desprendido das posições que muitas das vezes se movimentam a este propósito, poder-se-á avançar mais. Contudo, uma situação já nos parece clara: a despenalização do consumo tem de avançar, se não por razões de coerência de princípios jurídicos, pelo menos por considerações de ordem ética que se resumem na ideia de evitar que indivíduos doentes possam ir parar à cadeia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Estudantes e Professores:

É certo que em relação a estas questões da despenalização do consumo e da eventual liberalização do tráfico estamos nós, na Região Autónoma dos Açores, constitucional e estatutariamente condicionados na nossa acção. Contudo, não devemos nem podemos, sob a capa dessas circunstâncias limitativas, abdicar duma tomada de posição sobre esta matéria pois esta também nos afecta e, contrariamente ao que alguns possam pensar, sobre ela temos não só o direito mas também o dever de nos pronunciarmos.

Contudo, seria redutor perdermo-nos na discussão sobre despenalização/liberalização das drogas, e não analisarmos a situação que se vive na nossa Região avaliando aquilo que poderemos ou não fazer.

Em primeiro lugar, importará referir, em jeito de resenha histórica, que inicialmente assistiu-se à perfilhação dum entendimento que considerava que o nosso relativo isolamento geográfico das grandes metrópoles, funcionava como circunstância protectora em relação a esse problema. Posteriormente, e constatando-se que afinal

assim não era, passou-se a outro entendimento, não menos errado, que considera ser este um fenómeno exclusivo de determinados estratos sócio-económicos.

A droga não conhece idades, nomes ou apelidos!

Ignora profissões, habilitações literárias ou nível cultural!

Não se detém ante credos, sexos ou raças!

Portanto, e em relação a essa questão, importa tornar claro que ninguém de Santa Maria ao Corvo pode ter a veleidade de afirmar que este problema é dos outros.

Aí estão os numerosos casos, desde aqueles que recorrem a tratamento até aos que se encontram detidos, a demonstrarem claramente que este é um problema que, se não abrange já todas as ilhas, nada impossibilita que venha a abranger.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Estudantes e Professores:

A situação já existe e nada do que possamos dizer a fará desaparecer. Importa sim, actuar.

Mas actuar em que sentido?

Em primeiro lugar, a prevenção deve constituir o primeiro, se não mesmo o único cavalo de batalha na luta que, quer o Governo Regional quer os órgãos de poder político, quer ainda toda a sociedade açoreana, devem travar na redução dos efeitos e eliminação das causas desse problema.

Antes porém de se meter mãos à obra, urge conhecer o mais fielmente possível os exactos contornos que esse problema da toxicodependência, não só na sua vertente de consumo de droga, mas também no que respeita ao alcoolismo e ao tabagismo, assume na nossa sociedade. A esse estudo o Governo Regional deve afectar quanto antes os meios necessários para que ele se realize sem demora.

É óbvio que temos consciência que um estudo desse tipo não poderá dar uma imagem matemática da dimensão do fenómeno.

Contudo, por muito pouco que seja, já será muito mais do que aquilo que agora sabemos. Por outro lado, não importa que a realização dessa tarefa leve um, dois ou três anos. O que importa é que, duma vez por todas, não tenhamos medo de assumir que este é um problema da sociedade açoreana que já se vai tornando grave, e

trabalhar para termos a noção o mais exacta possível daquilo que estamos a falar quando nos referimos ao problema da toxicoddependência nos Açores.

Após termos um mínimo de dados que nos permitam descortinar o aspecto dessa questão importa, então sim, actuar.

Aqui, temos decididamente que acabar duma vez por todas com a aplicação seguidista de políticas e campanhas nacionais pensadas na sua maior parte para uma população de grandes meios urbanos como Lisboa ou Porto. Por outro lado, não podemos ter medo de recorrer a métodos diferentes daqueles que lá fora, nomeadamente no Continente, são praticados. Contudo, não podemos também levianamente enveredar pela inovação, pela única razão de sermos diferentes, mas esses programas devem ter sempre um imprescindível suporte técnico e científico e com o único fito de otimizar a eficácia de luta a esse problema.

Se a nossa realidade exige uma forma diferente e inovadora de abordar essa questão, não podemos ter complexos e avançar decididamente naquilo que é melhor.

Saliente-se, igualmente a esse propósito, os alertas que têm vindo a ser feitos por diversos especialistas na matéria em relação ao tipo de campanha preventiva que se pode e deve realizar sobre esta matéria. Importa abandonar definitivamente o tipo de campanha para os jovens e enveredar duma vez por todas pelo tipo de campanha com os jovens.

Em terceiro lugar, e relacionado com aquilo que temos vinda a expôr, é também sobremaneira importante ter um particular cuidado na forma como se levam a cabo essas campanhas.

Não raro é encontrarem-se algumas duma infelicidade atroz, em que os jovens principais visados, são retratados quase como almas penadas ou atrasados mentais, vagueando cãndidos e imaculados por um mundo cruel em que o papão da droga está sempre pronto a devorá-los, não sabendo eles, num cúmulo de ingenuidade, distinguir o bem do mal. Pensar desta forma é um verdadeiro atentado e uma ofensa à inteligência dos jovens dos nossos dias ,cujos motivos para se iniciarem nesse problema são tão complexos e dramáticos que o simplismo dessas campanhas assume foros de verdadeira injúria e ofensa à sua infelicidade.

Por outro lado, atitudes dum infeliz paternalismo que se materializa em frases do género: "A droga é má!" A Droga faz muito mal à tua saúde ", etc., mais do que servirem uma função preventiva, muitas das vezes apenas funcionam como chamarizes para o consumo de drogas e acicatam a curiosidade, constituindo um incentivo à experimentação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Estudantes e Professores:

Muito haveria a dizer ainda sobre esta questão. Contudo, o tempo urge e outras opiniões haverá, porventura divergentes, que importa auscultar sobre esta matéria. Terminaria apenas referindo que poderemos discutir dias a fio, poderemos afectar a essa questão mundos e fundos, podemos gritar aos quatro ventos que o problema vai ser resolvido que, enquanto não nos deixarmos todos de atitudes falsamente moralistas e muitas das vezes medrosas, nunca conseguiremos encarar o problema de cabeça erguida e assim, partir definitivamente para a sua resolução, ou pelo menos, minimização.

Disse.

*(Aplausos de toda a Câmara)*

**Presidente:** Para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, ao abordar aqui no nosso Plenário este tema da droga, gostaria de saudar aqueles que durante a manhã, estudantes e professores, trouxeram a esta Casa este tema. E, em nosso entender, deram um contributo extremamente válido para que, efectivamente, esta matéria possa sair do âmbito das pessoas que constituem este Plenário e trazer aqui aqueles que, sendo jovens ou trabalhando com jovens no dia a dia, encontram pela frente esta temática. Este é um problema que, por muitas e diversas vezes, tem merecido a atenção desta Assembleia Legislativa Regional.

Aliás, ainda há pouco a Sra. Deputada Ana Carolina lembrou a discussão que tivemos no passado dia 23 de Maio de 96, ou seja, há um ano e pouco, sobre o tema da

toxicodependência e aquilo que nessa altura se disse, do mesmo modo poder-se-ia voltar a repetir hoje e aqui.

Estamos convencidos que aquilo que se dirá hoje aqui, é matéria que poderá continuar a ser abordada e apresentada, porque, efectivamente, não tenhamos ilusões que o problema relacionado com a toxicodependência é um problema com o qual, infelizmente, vamos ter que lidar.

Penso que é útil, é importante e é necessário nós continuarmos a lidar com ele, na perspectiva do seu combate, ou seja, procurando e reunindo todos os esforços no sentido do combate, cada vez mais eficaz, à penetração deste flagelo na nossa sociedade.

A Sra. Presidente da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais trouxe aqui o relatório e a análise do mesmo que a respectiva Comissão efectuou. No entanto, eu gostaria de fazer duas ou três considerações, não propriamente sobre o conteúdo do relatório, porque em relação a esse estamos todos de acordo, mas sobre aspectos das respostas que me chegaram.

Há um aspecto que eu penso ser fundamental analisar, que é o número de inquéritos enviados e o número de respostas recebidas. Embora se compreenda que em trabalhos desta natureza, o número de respostas recebidas é aceitável, ou seja, dos 140 enviados receberam-se 61. Em nosso entender isto seria aceitável se, sobre uma determinada matéria, enviássemos indiscriminadamente um conjunto de relatórios e recebêssemos 140 ou 150 respostas. Isto seria altamente positivo.

Mas, em relação a um inquérito que é objectivo e que é objectivamente enviado para determinadas instituições que têm que lidar com este problema, nós da nossa parte pensamos que recebemos muito poucas respostas. Não estamos a responsabilizar ninguém, mas todos nós temos que assumir corresponsavelmente que, efectivamente, esse flagelo sentido, falado e analisado aqui, vemos que é gravíssimo. Existem aqueles que lidam com ele e que, em nosso entender, não dão a devida importância.

Eu não compreendo que, um hospital desta Região, que a Sra. Presidente da Comissão focou, não tivesse respondido, como também não compreendo que vários Centros de Saúde desta Região não tivessem respondido, porque esta gente, Srs.

Deputados e Sr. Secretário Regional, lidam ou deveriam lidar todos os dias com este problema.

Eu não os acuso, eu lamento e considero incompreensível que as pessoas com responsabilidade não o analisem, da mesma maneira que eu não compreendia que eu próprio aqui não me pudesse levantar e tomar uma posição em relação a esta problemática, porque todos eles, como todos nós, com responsabilidades, temos que tomar posição sobre este problema. Houve muitos que disseram: nós desconhecemos. Foi uma atitude. Esta atitude já no ano passado tinha sido verificada por muitas pessoas que responderam. E, aqui também eu penso que, quando algumas instituições dizem pura e simplesmente: é zero, nós desconhecemos e não comentam, também a meu ver é uma situação, de certo modo, pouco compreensível, porque a experiência que os jovens hoje de manhã trouxeram levam-nos a isso.

Penso que a mensagem que estes jovens nos dão, é que o fenómeno existe e nós temos é que nos preocupar com ele. Se eles o dizem e nós já o dissemos também por várias vezes e hoje voltamos a dizê-lo aqui, efectivamente os Educadores, as Associações de Pais e as Associações de Estudantes têm igualmente que lidar e se preocuparem com esta problemática, irem ao encontro, investigar e irem um pouco mais além.

Portanto, dá-nos a impressão - isso os jovens também o disseram - de que algumas das instituições preferem não ouvir falar, preferem dizer: nós desconhecemos o problema.

Enquanto houver instituições, na nossa Região ou em qualquer parte, que dentro dos muros da instituição, centro de saúde, hospital e escola, continuarem a dizer: não ouvimos falar, não sabemos, desconhecemos e se fixem neste contexto, pensamos que não estão a contribuir para se avançar no sentido do combate a este flagelo.

Há um outro assunto que os jovens também aqui trouxeram, que nós ainda não abordámos neste relatório e que eu desejo e penso ser possível vir-se a abordar nos nossos trabalhos da Assembleia, que é o problema, que eu considero conexo, do uso de estupefacientes proibidos e o uso das drogas permitidas, concretamente o uso do álcool e do tabaco.



Nós, efectivamente, lamentamos o uso de drogas proibidas e vamos contribuir, na medida de todas as nossas possibilidades, para as combater, mas quando sairmos àquela porta e continuarmos a intoxicar aqueles que se negam a ser intoxicados, nós estamos a fazer um papel de sandeiro. Eu continuo a acusar, e os Srs. Deputados sabem, todos aqueles que me envenenam e considero que todos aqueles que dentro do edifício onde nós trabalhamos e dentro da sala das Comissões me estão a envenenar, e eu continuo a apontar-lhes o dedo.

Vamos ser coerentes Srs. Deputados e a coerência é apontar essas drogas proibidas, mas é também apontar para as drogas permitidas. Não me estou a referir ao problema do álcool. Esse é um flagelo social que temos de encarar e analisar. Refiro-me ao problema do tabaco e quero que isto fique claro, para que amanhã não possa haver outras interpretações.

Agora, temos que nos debruçar também sobre este flagelo, que foi também trazido aqui pelos estudantes, que é o uso e abuso do álcool e do tabaco, porque estes também trazem consequências tão graves como aquelas substâncias que vulgarmente tratamos por estupefacientes.

Em relação ainda ao problema das actuais drogas proibidas, há um aspecto que eu também queria deixar claro, como sendo a posição que temos e que manteremos. Nós consideramos que as drogas que neste momento a legislação portuguesa proíbe, devem continuar a ser proibidas e, por isso mesmo, nós distinguimos aquilo que alguns hoje querem considerar drogas leves e drogas duras. Nós consideramo-las todas duras.

Sobre isto houve uma discussão entre os jovens e é pena que nestas discussões não se possa fazer um tipo de seminário científico, porque às vezes àqueles que estão mais ligados a estas coisas começam por se lamentarem, e eu lamento isso, porque, de facto, se alguém destas áreas científicas tivesse aqui da parte da manhã, poderia ter enquadrado aspectos que são fundamentais. Hoje estou convencido que, e ninguém duvida, a grande maioria dos toxicodependentes das drogas duras passaram pela drogas leves. Não quero dizer que a lei seja universal, mas em todas as leis à excepções e aqui poderá havê-las também, mas, em regra geral, hoje a grande maioria dos técnicos que estudam estas áreas consideram que, de facto, não há uma entrada

abrupta numa destas drogas mais violentas, mas normalmente existe um estado evolutivo com a passagem por diversas fases e uso destas drogas. Por isso, isto leva-nos a defender que aquelas drogas que hoje na legislação portuguesa são proibidas devem continuar a sê-lo.

Relativamente ao problema da penalização, nós não temos a mesma postura, porque, efectivamente, e estamos de acordo com aquilo que referiu a Sra. Presidente da Comissão, para nós os consumidores também são doentes e estamos todos de acordo com isso. Por isso mesmo, aqueles que são somente consumidores não devem ser penalizados. Pensamos que a legislação tem que ser modificada de modo a que os consumidores não sejam castigados, se bem que, e todos nós também temos consciência, nos últimos anos os nossos tribunais, em relação aos indivíduos comprovadamente apenas consumidores, não têm tido um rigor anormal ou exagerado na aplicação da legislação. Essa é a realidade.

Por outro lado, existem os traficantes e os consumidores traficantes. Aqui a situação, em nosso entender, é completamente diferente e a lei, nestes casos, não poderá ser despenalizadora. Portanto, a nossa postura em relação aos traficantes, quer eles sejam ou não consumidores eles têm que ser penalizados, porque nós não admitimos que indivíduos que semeiam na nossa sociedade fenómenos anti-sociais que passem impunes. Por isso mesmo, consideramos que é necessário continuar o combate àqueles que procuram por todos os meios, não olhando às consequências, fazer lucro fácil através da desgraça dos consumidores.

Um outro aspecto que gostava de referir é o empenho que todos temos que ter, mas principalmente aqueles que estão nos meios executivos, nomeadamente os responsáveis pela governação regional e até pelas nossas autarquias locais, na prevenção da toxicodependência.

Nós não podemos esperar que o combate a este flagelo social se faça apenas por algumas campanhas de promoção que são feitas através da comunicação social. Pensamos que isto tem que ser feito com maior profundidade.

Pensamos que se tem que ir muito mais além daquilo que se tem feito até ao momento. Pensamos também que se tem que ir às consequências que levam pessoas -

e não digo jovens, e isso já foi aqui abordado, porque o uso da droga pode aparecer em qualquer idade - ao uso destas substâncias.

Portanto, achamos que os responsáveis pelos executivos, quer a nível regional, quer a nível autárquico, têm que procurar dar um contributo sério na resolução das situações, na resolução das causas que levam à toxicodependência.

Não podemos pensar que aqueles que caíram nas malhas da droga, se continuarem a ser excluídos socialmente, algum dia se vão recuperar.

É fundamental que aqueles que caíram neste problema continuem a ser considerados e tratados como pessoas e que a sociedade continue, efectivamente, a dar o seu contributo sério para a sua recuperação.

Pensamos ser também fundamental que se criem condições socio-económicas e culturais para que as famílias possam recuperar aqueles que caíram nas malhas da droga.

Por outro lado, há que criar também e há que dar respostas que permitam o tratamento individual dos drogados e o tratamento daquelas famílias onde este fenómeno existe, porque sem esse apoio sério não é possível ir mais além.

Finalmente, e foi também colocado aqui pelos jovens, é fundamental que nas nossas escolas, na nossa sociedade existam condições, quer desportivas, quer culturais, para o intertenimento, para a ocupação dos tempos livres dos jovens, no sentido de os levar a ocupar o seu tempo de modo saudável e agradável, dando assim um contributo para os afastar dos males sociais da nossa sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr. Secretário Regional:

Fazemos votos que estas matérias continuem a preocupar e ocupar a Assembleia Legislativa Regional e que todos consigamos mobilizar a nossa sociedade, para que, efectivamente, este combate possa ser eficaz.

Obrigado.

**Presidente:** A Sra. Deputada Natividade Luz inscreveu-se para prestar ou pedir esclarecimentos?

**Deputada Natividade Luz (PS):** Para pedir esclarecimentos.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Quando eu tive conhecimento que ia ocorrer este debate, procurei informar-me do que tem sido feito na Região para minorar e estudar esta problemática das toxicodependências.

Verifiquei que no âmbito do Programa Nacional de Combate à Droga, o chamado "Projecto Vida", foi criado um núcleo regional em 93. Fui investigar de quais seriam as atribuições desse núcleo regional e verifiquei que ele teria uma acção baseada nos seguintes principais eixos:

- Intervenção no meio escolar visando a integração nos programas escolares e na área escola de conteúdos referentes à problemática da droga; introdução destes assuntos na formação inicial dos Professores; mobilização das Associações de Estudantes e de Pais; reforço dos sistemas de vigilância e fiscalização;
- Desenvolvimento de acções de sensibilização e formação destinadas a diversos grupos sócio-profissionais;
- Acções de formação ligadas ao grande público, através da televisão;
- Elaboração de material informativo e educativo;
- Alargamento da linha verde.

Podia ainda o núcleo regional do "Projecto Vida" criar equipas móveis especializadas, elaborar e distribuir um guia com material informativo e educativo.

Além destas atribuições ao núcleo regional criado em 93, também verifiquei que o Plano Regional de Saúde para 95/99 elegeu como uma das prioridades o combate à toxicodependência, tendo um programa com os seguintes métodos:

1. Conhecer a natureza e evolução da dimensão do problema;
2. Conseguir que todos os alunos do 4.º ano do Ensino Básico obtenham informação acerca das consequências do consumo de droga;
3. Conseguir que 50% dos pais dos alunos estejam sensibilizados para o problema do consumo de droga;
4. Sensibilizar e informar todos os professores do Ensino Básico, 1.º Ciclo e 50% do 2.º e 3.º Ciclos dos Secundário;
5. Sensibilizar e informar todos os clínicos gerais da Região;

6. Identificar os toxicodependentes que recorram aos serviços de saúde e iniciar o processo de reabilitação dos mesmos;

7. Apoio periódico dum psicólogo ou de um psiquiatra a 4 das maiores escolas preparatórias e 5 secundárias.

Ora bem, eu gostava de saber se alguém, nomeadamente esta Assembleia, alguma vez teve conhecimento de como todo este trabalho foi desenvolvido no terreno e quais os seus efeitos, ou seja, no fundo gostaria de saber se alguém me pode esclarecer se foi feita alguma vez uma avaliação de tudo o que, em princípio, devia ter sido feito, pelo menos desde 93 até agora?

Também queria perguntar ao Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, que tem conhecimento com toda a certeza deste Plano Regional de Saúde, se pensa poder pôr em prática alguns destes objectivos que eu aqui enunciei?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves para esclarecimentos.

**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Sr. Membro do Governo, Srs. Deputados, Jovens e Professores:

No meu entender, hoje passou-se, digamos, mais um momento alto nesta Casa.

Para mim falou-se aqui muito de droga e compreendo que é um flagelo, mas se calhar até digo diferente: é combater uma escravidão, é o rebentar de grilhões e tentar pôr homens mais em liberdade, porque a liberdade para mim, e penso que para qualquer ser humano, é fundamental.

Estou a falar aqui também com a preocupação de pai que sou, porque também tenho filhas, que até estão bem longe de casa, porque eu não poderia dar o estudo no meio em que estou inserido, que é a pequena ilha do Corvo.

Já se falou muito aqui do gravíssimo problema que é a droga. Compreendo que o problema é grave, mas também acredito que possa estar no princípio e acho que uma coisa quando está no princípio, é sempre mais fácil de atenuar, do que uma coisa que já está num estado muito avançado.

Também compreendo que o problema da droga não pode ser só um problema que esta Região por si própria ou cada ilha pode defendê-lo ou pode, digamos assim, retirá-lo.

Portanto, pensamos que este problema só poderá ser resolvido a nível mundial, como o problema da escravidão também um dia o foi, dando ao homem a sua liberdade,...

**Deputado João Cunha (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ...mas também é certo que cada país, cada região têm as suas responsabilidades.

Voltando um pouco atrás, também se falou da educação. Sei que a educação é um padrão fundamental, mas também sei que a educação nunca foi matéria fácil, porque desde os princípios, digamos, da Bíblia e do Mundo, se a educação fosse um problema fácil, naturalmente Caim não teria matado Abel. Portanto, educar é um problema complicado.

Agora, indo um pouco mais à frente, como eu dizia, cada um de nós temos as nossas responsabilidades.

Nós somos um país que vivemos em paz e temos umas forças militarizadas equipadas, talvez até para além da nossa dimensão, - e eu sei, porque também ultimamente tenho viajado bastante e nós deputados e governo temos todas as facilidades de viajar, embora eu não tenha assim tantas, porque só tenho dois voos semanais para o Corvo, - (isto é um aparte que talvez não tinha cabimento aqui, mas ainda tenho um bocadinho de tempo disponível e ainda ninguém me disse que o meu tempo já tinha acabado, e vou aproveitar também um pouco e quando estiverem cansados de me ouvir, podem me mandar parar que eu paro) com fragatas, força aérea, porque não nós viajarmos menos e pôr a viajar mais a força aérea e a marinha, porque devido à nossa situação estratégica em que estamos inseridos, não é segredo para ninguém, os nossos mares estão hoje infestados de droga.

É só.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! muito bem!*

**Presidente:** Sr. Deputado, vou entender os seus esclarecimentos como uma intervenção em nome do PP e daria a palavra ao Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

**Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses):** Sr. Presidente, Srs. Deputados e Jovens aqui presentes:

Faria agora um esclarecimento, na sequência do que foi dito pela Sra. Deputada em relação ao núcleo regional do "Projecto Vida".

O núcleo regional foi criado em 93 e nunca teve uma actividade relevante.

Em Janeiro ou Fevereiro deste ano o núcleo foi reformulado, continuando a não ter uma actividade relevante.

O núcleo do "Projecto Vida" é um núcleo que tem limitada as suas actividades na Região. Há transposição para cá dos materiais que a nível nacional são providos. Portanto, é através deles que se tem introduzido na Região os posters e placares que todos conhecem e pouco mais tem feito.

Na verdade, o núcleo está outra vez numa fase de reformulação, porque apesar da reformulação que foi feita os resultados não se viram e optou-se mais ou menos pelo mesmo tipo de actividade.

Portanto, é uma área que é preciso intervir e é preciso mudar as coisas. A mudança que foi feita não surtiu os efeitos que desejávamos e continuámos a produzir muito pouco.

Em relação àquilo que está no Plano da Saúde, aí temos dado alguns passos talvez mais significativos.

Por um lado, os toxicodependentes passaram a ser considerados como doentes e são canalizados para os centros de saúde e para os hospitais, com os apoios normais que são dados a todos os outros doentes. Portanto, esta alteração tem produzido alguns efeitos.

Por outro lado, tem-se feito um trabalho importante na sensibilização dos profissionais de saúde para este problema. Infelizmente essa sensibilização ainda não foi tão longe como desejávamos. Aliás, o Sr. Deputado Paulo Valadão na sua intervenção frisou isso e muito bem.

Portanto, na verdade, ainda há muito a fazer nos nossos centros de saúde e nos hospitais, no sentido de olharem para o problema da toxicodependência com a atenção que deviam olhar. É um trabalho que está a ser feito.

Em relação ao "Projecto Vida", nós vamos repensá-lo outra vez e a breve trecho teremos uma global renovação esperando que desta vez produza os seus efeitos.

Muito obrigada.

**Presidente:** Para a continuação do debate tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

**Deputado Sidónio Bettencourt (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Jovens da minha terra, Professores dos jovens da minha terra, Pais:

Eu trago aqui um conjunto de documentos, mas não escrevi nada e não escrevi porque não sei o que escrever.

Fiz parte da comissão e da Subcomissão, ajudei na votação por unanimidade e fiz uma experiência que faço à muito anos, que é lidar com jovens, quer em grande concertos de música, quer pondo música para jovens, quer para a terceira idade, quer lidando com os meus filhos e quer lidando com muitos desses jovens.

Não escrevi nada, mas trago-vos aqui imensos documentos que vocês hoje publicaram nesta Assembleia Legislativa Regional, documentos extraordinários que eu vou, a partir de hoje, ler com mais atenção, com denor à procura de descobrir algum caminho que faça luz a todos nós que andamos desprevenidos, que andamos numa sociedade de consumo a falar de consumo de droga, muitas vezes sem saber o que dizemos.

Eu confesso aqui que falo de droga, já fiz debates sobre droga, já fiz debates sobre todos esses projectos que já se falou aqui hoje, um dos quais o "Projecto Vida", com horas imensas de audição e chego ao fim quase com a sensação de que também sou pai e às vezes me esqueço dos filhos, que também há uma escola e não sei o que os meus filhos fazem bem nessa escola ou como ocupam os tempos e chego também à conclusão de que a comunicação social, de que faço parte, se calhar ainda não deu o contributo necessário para que haja o esclarecimento para avivar a memória das pessoas que vivem na nossa terra.

O meu grande problema hoje, se fosse repórtar, era o quê? O que é? Quando? Onde? Porquê? Só assim teria a notícia completa e a verdade é que reflectindo sozinho cheguei a uma conclusão de que pouco ou nada sei.

Conversando com estes jovens que hoje ouvi, sinto que a droga está nas escolas, é um facto, está na sociedade açoriana, está no meio rural e está, se calhar, numa coisa que ainda hoje não falámos, nos empregos e eu infelizmente já tive que lidar com



matérias desse género e às vezes não se sabe o que fazer, como lidar com um funcionário que se droga, por exemplo. É complicado, muito complicado!

Eu gostaria de vos deixar esta ideia, porque sou do tempo da geração dos hipies, do bitles, do José Afonso, duma geração de sonho, da balada e o tempo passou. Pensamos que o tempo não se repete e quando descobrimos que há uma nova geração, há outros sonhos e pensamos que a própria escola onde os nossos filhos estão, está suficientemente resguardada para protegê-los. Nós estamos todos aqui, eu tenho três filhos, um tem 19 anos, uma se calhar está em Coimbra, a outra tem 10 anos e está numa escola Roberto qualquer coisa e o outro está na ilha ao lado, porque no sítio onde vive não há ensino para aquele filho.

Deixamos os filhos cedo e não sabemos bem para onde vão. Esta é que é a realidade, e estou de acordo com tudo o que se disse hoje nesta Assembleia, mas tenho dúvidas e antes de legislar, antes que me ponham dessa ou daquela bancada o processo da penalização ou despenalização ou da liberalização ou da desliberalização, eu acho que a sociedade açoriana deve fazer o seu próprio debate, porque eu fico aflito quando os jovens, que ali estão, chegam aqui e dizem que os professores não falam na escola sobre a prevenção da droga e que os pais não falam o suficiente com os filhos. Isto é verdade, porque se calhar não há tempo, porque a família está repartida e não existe tempo para olharmos uns para os outros, porque o tempo está todo ocupado por todos e os filhos estão ocupados desde as 8,30 horas até às 9,00 horas da noite, hora a que muitas vezes chegam a casa nos centros urbanos.

Vamos falar de quê, e eu pergunto como pai quem é que já me explicou o que eu digo, como falo ao meu filho sobre este processo da droga?

Ele que não é toxicodependente no restrito olhar deste relatório e, portanto, não está abrangido, mas que é um elemento fundamental na escola, onde ele me diz: pai, não vá falar de droga para a Assembleia, porque o pai não percebe nada disto. Foi o que ele me disse, com 10 anos, quando eu saí de casa. Se calhar é por isso que eu vou falar na Assembleia. Pai, o pai só vai dizer asneiras. Pois, se calhar estou dizendo asneiras. Mas, ele e a mais velha olharam para o relatório e quando chegaram à escola dela e viram que só estava escrito dois casos, disseram: o quê!? Dois casos! Pai, não faça má figura!

Tudo o que estes jovens disseram hoje aqui está na directa ou inversa proporção daquilo que é a nossa realidade de adultos, que vamos ou não legislar nesta Casa ou noutras assembleias ou por outros processos que iremos ou não adoptar.

Eu não queria demorar muito tempo, mas queria-vos deixar esta preocupação: o fenómeno da droga é mundial e vivemos numa sociedade multimédia. A droga entra por todos os lados. A polícia queixa-se.

Se virmos depois o outro relatório que vem falar da insegurança nos Açores, e que se refere à droga como um pormenor particular. Não podemos desligá-los.

Falamos na escola, mas não falamos no mundo rural onde, se calhar, há marceneiros, carpinteiros e gente que vai às vacas, gente que frequenta o botequim à noite, gente que também faz as suas passas e que nós não falamos desses e que talvez já não estão na escola e, se calhar, também convivem com a droga, bebem álcool em excesso e isso preocupa-me.

Eu tenho medo é das vulnerabilidades dos meus filhos perante todo este excesso de coisas ocultas, que toda a gente sabe, mas ninguém consegue dizer: o quê? Quando? Onde? Quem? E, afinal o que eu posso fazer, eu que também estou sujeito à educação, sou agente da legislação e sou agente da promoção pela minha vida profissional.

Penso que há um a pergunta a fazer neste momento: qual é o estado da droga nos Açores? A situação é grave, é mais ou menos, é razoável ou estamos assim, assim, comparativamente aos índices da União Europeia, aos índices nacionais, aos índices do Casal Ventoso? É evidente que nessas comparações haverá porporcionalidade diferentes, mas eu gostava de ter uma ideia se a situação é ou não alarmante? Se não é alarmante, Sr. Secretário, penso que temos que dar todos as mãos em todas as matérias, porque a matéria é multidisciplinar, é multidepartamental, não só na área do ensino e da educação, mas também no emprego.

Portanto, acho que temos que fazer alguma campanha, utilizar se calhar os serviços públicos, fazer campanhas mais agressivas e chamar a atenção e despertar para essa realidade, porque o dinheiro que se deve investir, na minha opinião, deve ser quando a situação ainda não é suficientemente alarmante. Depois de o ser é sempre um remédio. Tem de se fazer é na altura certa e tudo isto custa muito dinheiro.

Havendo esta disponibilidade e havendo a conjugação de esforços, particularmente, e agora sim, na escola, eu creio que se for chamado à escola como pai e se os filhos falarem mais abertamente, porque eu sinto neles um medo, um receio de não denunciar o amigo do lado e, se calhar, o professor também sente o mesmo.

Não acuso ninguém, mas gostaria de dizer que as vulnerabilidades na sociedade açoriana começa em cada um de nós, vulnerável em cada um dos seus postos.

É preciso fazer um grande debate, para além desta Casa, e depois legislar mais alguma coisa, o possível, nesta mesma Casa.

Era o alerta que eu gostava de deixar.

Por isso não escrevi nada e obrigado aos alunos, que deram mais um contributo.

Amanhã no próximo concerto dos "Delfins" estaremos lá em calças de ganga, para conviver e cantar outra vez: "Vêm aí os Invasores."

Não há droga, mas precisamos do alerta e ainda bem que trouxeram esse viva a esta Casa, para se fazer mais alguma coisa.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD, PS e Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais)*

**Presidente:** Tem a palavra para uma intervenção a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

**Deputada Fernanda Mendes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Jovens e Professores:

Hoje, através deste debate, pretende-se compreender melhor a problemática da toxicodependência nos Açores, bem como as atitudes, face a essa questão, das pessoas desta Casa, já que delas dependerá, em muito, o avanço na forma de se lidar com o problema nesta Região.

Para o efeito, gostaria de, despojando-me dos meus preconceitos relativamente a aspectos mais gerais da matéria e fazendo-me valer dos meus conhecimentos, indubitavelmente moldados pela minha profissão, tentar contribuir para que esta Assembleia realize um debate alargado sem tabus e com serenidade, por vezes difícil

de se conseguir, face à forma como o tema tem sido sistematicamente tratado pela nossa sociedade.

Para que se possa perceber a diferença com que lidamos, quer do ponto de vista emocional quer racional, com as substâncias psicoactivas que provocam dependências, teremos de lembrarmo-nos de alguns dos nossos comportamentos e atitudes, enquanto sociedade *como* um todo sociocultural, face às mesmas substâncias.

Só este ano, no Hospital de Ponta Delgada, morreram pelo menos 3 indivíduos com enorme probabilidade do seu número ter sido maior, intoxicados por álcool **metílico**. Lembro que este tipo de álcool é extremamente neurotóxico e não deve fazer parte de bebidas alcoólicas. No entanto, o nosso vinho de cheiro contém-no e continua a ser comercializado sem se efectuar o controle da sua qualidade. Tal facto não foi merecedor de grandes interrogações, nem pelos média nem pela nossa comunidade. Entretanto espantou muitos deputados que no Relatório, elaborado pela Comissão de Juventude e Assuntos Sociais sobre a problemática da toxicodependência, no que diz respeito às respostas dadas pelas Escolas, os dois únicos casos relatados tenham sido de consumo excessivo de bebidas alcoólicas.

Também já ninguém se questiona sobre o facto das camas dos nossos Centros de Saúde e Hospitais estarem repletas de pessoas com doenças hepáticas e gástricas, directamente causadas por bebidas alcoólicas, bem como por outras doenças agravadas pelo mesmo motivo o número de doentes com problemas respiratórios desencadeados ou agravados pelo tabaco; o número de indivíduos que se queixam de ansiedade de insónias que "consomem" consultas médicas e medicamentos específicos para essas queixas, por ingestão excessiva de café, chá ou cacau; o número de indivíduos que comem compulsivamente chocolates e outros alimentos pondo em grave risco a sua saúde; e ..., poderíamos continuar com outros inúmeros exemplos.

É importante lembrar ainda, que nesta Região mais de 50% dos internamentos nas casas de Saúde Psiquiátricas masculinas são por doenças relacionadas com o álcool.

É também relevante o número de indivíduos detidos ou presos por desacatos ou agressão, quer na rua quer no seio da família, devido a ingestão excessiva de bebidas

alcoólicas. No entanto, o seu número não é do nosso conhecimento, nem a maior parte das vezes do nosso interesse, pois deles não se fala e até há bem pouco tempo muitos destes comportamentos eram a todos os níveis totalmente desculpabilizados e despenalizados.

São, com toda a certeza, sem conta o número de indivíduos que andam ao nosso lado a conduzir com níveis elevados de alcoolémia. No entanto, não tenhamos medo da insegurança que isto nos acarreta, ou seja, bem ou mal, aprendemos a conviver com essa questão.

Mas, afinal qual a razão de tão grande diferença de atitude face a problemáticas tão idênticas no que diz respeito às suas implicações na saúde do ser humano, como seja a de provocarem dependência?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Temos de reconhecer que substâncias psicoactivas como o álcool, o tabaco, o café e o chá estão integradas na nossa cultura, fazendo parte dos mais variados rituais e festejos, tanto no contexto religioso como secular.

Tal como os alucinogéneos vegetais faziam parte dos rituais de *povos* antigos em diferentes locais do nosso planeta, alguns mantidos até hoje por tribos remanescentes, tal como mascar folhas de coca constitui, ainda hoje, um comportamento adaptativo energizante para quem tem de contrariar os efeitos das grandes altitudes, como a existente nos Andes, o álcool, sobre a forma de vinho, faz parte do ritual religioso católico, simbolizando a própria vida.

O vinho "renova" a vida, a marijuana, o haxixe, a heroína e a cocaína levam à morte. Ideia subliminar sempre presente na nossa sociedade. Afinal todas as substâncias conhecidas como "droga" levarão à morte e as outras não? Sabe-se que intoxicação aguda por álcool etílico (o existente nas nossas bebidas alcoólicas), heroína cocaína' substâncias voláteis e até anfetaminas podem levar à morte, enquanto, por exemplo, os derivados da planta cannabis, como o haxixe e marijuana, não.

No entanto, quando se fala de um "drogado" no nosso imaginário aparece sempre uma figura decadente, à margem da lei' desordeiro, violento, logo perigoso para a sociedade. Neste protótipo não incluímos os alcoólicos, até porque os "bêbedos" são uma coisa, os "drogados" são outra completamente diferente. Quanto aos primeiros

rimo-nos deles, e até rimo-nos com eles, por eles têm-se sentimentos de comiseração, quanto aos segundos olha-se com desconfiança e tem-se por eles sentimentos paranóides, até porque a grande maioria das pessoas nunca viu nem conviveu com nenhum "drogado", mas face a tudo o que ouvem dizer sobre os mesmos, receiam-nos. Aliás, para todos nós, o receio do desconhecido é bem maior do que aquilo com que nos confrontamos no nosso dia a dia.

Ter um familiar, um vizinho, um amigo ou um colega alcoólico não há quem não o tenha, já o mesmo, **felizmente**, não se pode referir dos outros toxicodependentes e, ainda, se um indivíduo alcoolizado se for encontrado na via pública com uma ou mais garrafas de bebidas alcoólicas não será interpelado por um agente da lei e detido por tal facto, mas se um indivíduo toxicodependente é apanhado com uma dose, arbitrariamente e previamente definida como excessiva, é detido e a maior parte das vezes preso por subitamente ter-se metamorfoseado em traficante.

Postas estas considerações, afinal a grande diferença entre as diversas substâncias psicoactivas parece não estar na gravidade dos seus efeitos, como por exemplo, a sua intoxicação aguda poder levar ou não à morte, mas tão somente na sua divisão arbitrária em drogas lícitas e ilícitas, divisão essa que tem a ver com regras recentemente impostas pela comunidade internacional

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Nestas considerações tentei apenas descrever alguns dos quadros com que nos deparamos no nosso dia a dia e se encontram totalmente inseridos na nossa sociedade. Com este facto pretendo introduzir neste debate uma visão realística do problema das toxicodependências, não para desvalorizar qualquer intervenção sectorial mas tão somente para tentar ter por base o princípio de que, nesta questão, aliás como em muitas outras, é **claramente a sociedade e não a química**, que constitui a variável, uma vez que as mesmas drogas, ou outras quimicamente semelhantes, podem funcionar tão diferentemente em situações culturais diversas. Numas têm sido veneradas através dos séculos como sagradas, benignas e culturalmente integradoras em determinados contextos, e noutras são vistas como tão inerentemente diabólicas e perigosas que o simples facto de as possuir constitui um grave crime.

É igualmente a cultura através das atitudes e estereótipos por ela criados, e não quaisquer características inerentes ou mesmo as consequências médicas e sociais mensuráveis que fazem com que o álcool seja legal e moralmente aceitável para nós e outros povos e, por exemplo, a marijuana, não. Mesmo relativamente à heroína, que ao contrário da marijuana, cria no indivíduo uma dependência física grave e é necessário compreender o seu fenómeno numa perspectiva integrada, já que quaisquer que sejam os danos pessoais e sociais do uso da heroína e a sua relação funcional com o crime de rua não ultrapassam nem equivalem à correlação demonstrável entre o alcoolismo e muitos milhares de mortes anuais, por doenças, nas estradas, bem como homicídios, abusos sexuais de crianças, agressões à família e outras violências com um custo social incomensuravelmente maior do que o atribuído à heroína.

Com o realçar desta realidade não se pretende minimizar o que representa o uso de heroína para os indivíduos e suas famílias, mas apenas frisar que menosprezando tudo o que conhecemos sobre o álcool como droga perigosa, estamos apenas com essa atitude, a projectar uma fracção do estigma social e legal do que, enquanto sociedade, atribuímos às outras substâncias. Por essa razão os factos parecem ser menos relevantes ou decisivos do que o condicionamento cultural.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A classificação internacional das doenças da Organização Mundial de Saúde na sua última versão, e no que diz respeito às perturbações decorrentes do uso de substâncias psicoactivas, especifica na visão geral do capítulo que se abordarão as Perturbações Mentais e de Comportamento decorrentes do uso de: **álcool, opiáceos**, que são substâncias derivadas do *ópio*, onde a **heroína** está incluída e muitos medicamentos de uso corrente como certos analgésicos - concerteza já ouviram falar na  **morfina** e no seu uso no combate à dor dos cancerosos; **canabinóides**, nome derivado da planta Cannabis Sativa ou Cânhamo da Índia e que dá origem à **marijuana e haxixe** - as folhas e a extremidade da planta são fumadas da resina da planta é obtido o haxixe -; **sedativos ou hipnóticos, cocaína**, outros estimulantes incluindo a **cafeína, alucinógenos, tabaco, solventes voláteis, múltiplas drogas e outras substâncias psicoactivas**.

Existem três tipos de padrões de uso dessas substâncias com significados diferentes do ponto de vista das implicações médicas: **a intoxicação aguda**, que é uma situação transitória que ocorre sem que haja problemas mais persistentes relacionados com o uso de álcool ou outras drogas. Estes comportamentos são comuns na adolescência quando os jovens se encontram na fase da experimentação, entre as balizas do interdito e do não interdito.

Todos os adolescentes se movimentam nesses espaços de experimentação, que como sabemos são imprescindíveis ao desenvolvimento dos indivíduos. Por isso, sendo a Escola o local onde a maior parte do tempo desses jovens é passado, será esse, um dos espaços de crescimento mais importante onde muitos dos comportamentos referidos deverão acontecer. Daí ser a Escola um ambiente privilegiado de educação e desenvolvimento onde a única forma de se efectuar prevenção primária relativamente às toxicodependências é criar **Programas de Promoção e Educação para a Saúde**, com o âmbito do contido no despacho nº172/ME/93, D.R.(II Série) de 13 de Agosto.

Quando o uso de substâncias psicoactivas causam danos à saúde, de ordem física, como por exemplo uma hepatite decorrente da administração injectável de drogas, ou mental, como um estado depressivo grave por acentuado consumo de álcool, falamos em **uso nocivo**.

Salienta-se, no entanto, que o facto de se usar uma dada substância que não seja aprovada por outra pessoa, pela cultura, ou possa ter levado a consequências socialmente negativas, tais como desavenças conjugais ou prisão, não é por si só evidência de **uso nocivo**.

O terceiro padrão de uso de drogas é o que define um toxicodependente, ou seja, aquele que leva ao síndrome de **dependência**.

Nunca é de mais relembrar que para se falar com toda a propriedade em dependência temos de encontrar no indivíduo alguns dos seguintes comportamentos: um forte desejo ou compulsão para o consumo; dificuldades em controlar o comportamento de consumir; quando a substância acaba ou é reduzida apresentar um estado de abstinência fisiológica característico para aquela Substância;; evidência do fenómeno de tolerância, ou seja, o aumento das doses consumidas para obter os mesmos efeitos;



abandono progressivo de prazeres ou interesses alternativos a favor do uso da substância psicoactiva; e finalmente a persistência no uso, a despeito da evidência de consequências manifestamente nocivas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Falar a esta Assembleia sobre a problemática da toxicod dependência partindo do pressuposto que todos os deputados têm um relatório sobre o estudo efectuado nos Açores acerca do tema, onde poderão ter acesso a aspectos mais concretos do mesmo, levou-me a optar, como já referi anteriormente, por efectuar algumas reflexões de cariz mais geral, de âmbito cultural e outras mais específicas, de âmbito médico. Fi-lo porque sinto que é importante definirmos conceitos e contextos para que ao discorrermos sobre as mesmas matérias saibamos de quais pressupostos elas emergem.

Fi-lo, porque, no meu entender, é importante compreender algumas das premissas onde assentam as novas experiências, quer a nível de tratamentos quer a nível de legislação, que se estão a efectuar em alguns países europeus. Fi-lo, no intuito de contribuir para a nossa caminhada de encontro à realidade dos factos, para que possamos empreender a tarefa de se mudar o combate Quixotesco de luta contra a droga, para se passar à fase de aprendizagem sociocultural de como lidar com a toxicod dependência, e mais especificamente com os toxicod dependentes. Fi-lo, para que tenhamos consciência de que lícitas ou ilícitas as substâncias psicoactivas ou drogas serão cada vez mais numerosas, porque sendo grande parte delas fruto de investigações científicas sérias, não há nada que as possa impedir de crescer. Fi-lo, porque não podemos continuar a ignorar que o negócio do narcotráfico já nos finais de 80 representava um valor de mercado de 122 milhões de dólares, ou seja o equivalente a 1/3 da dívida externa da América Latina, e que os países, os homens de negócios, os novos ricos, não vão prescindir desse dinheiro, sendo o toxicod dependente o elo sem qualquer poder nessa cadeia. Fi-lo, porque estou certa que nós, os cidadãos comuns, temos de reagir de forma diferente do habitual para que não sejamos apanhados de surpresa por alguma epidemia semelhante à tão bem caracterizada por José Saramago no seu livro "Ensaio sobre a cegueira". Fi-lo, por último, porque acredito no dever de vanguardismo desta Assembleia no que respeita

ao debate e medidas a propor relativas a todas as vertentes da problemática da toxicoddependência, tais como a Prevenção, o Tratamento e a Repressão.

*(Aplausos das bancadas do PS e do PSD)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, poucos Jovens, quase nenhuns Professores:

A iniciativa já foi aqui louvada e não vou deixar de a louvar também, assim como já foi louvado o desempenho dos jovens que aqui tiveram esta manhã, eu também não vou deixar de os louvar.

Mas, não deixo de fazer um reparo à Mesa, no sentido de que numa próxima oportunidade seja providenciado para que os jovens da totalidade das ilhas dos Açores possam estar no Plenário na sua plenitude, passe a redundância, pois alguns já tiveram que se ir embora. Amanhã há um avião para Ponta Delgada às 9,00 horas da manhã e vai estar praticamente vazio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, poucos Jovens, quase nenhuns Professores:

A Droga e todas as toxicoddependências são sem margem para dúvidas os problemas que mais preocupam as sociedades modernas, Sociedades estas que buscam incansavelmente soluções. As soluções para o problema das toxicoddependências, não são concerteza fáceis. Contudo, mais difícil será encontrá-las se acharmos que não vale a pena lutar para combater este flagelo. Liberalizar é sem duvida deixar de combater.

O problema da droga e das toxicoddependências não está apenas na nossa ordem do dia, está em todas as ordens do dia da humanidade, há quem queira continuar a condenar os toxicoddependentes ao consumo eterno, ou seja, à morte lenta.

Ninguém começa por drogar-se com o objectivo de ficar dependente das drogas. As pessoas consomem droga por diferentes razões. Umas como meio de fuga e alienação, outras para não fazerem face ao quotidiano e outras ainda como forma de afirmação perante os outros.

Podem procurar-se a explicação na crise económica e social, mas não chega para justificar este fenómeno, infelizmente progressivo.

Em certo sentido, é precisamente um modelo de sociedade dita "progressista" que ajuda mesmo à expansão do fenómeno, até porque a desarticulação do papel da família retira aos jovens o seu meio natural de inserção e equilíbrio psico-afectivo;

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Apoiado!

**O Orador:** Porque a insuficiência da escola e a degradação do ensino já não transmite alguns dos valores essenciais, provocando um aumento da ociosidade e o sistema convida ao tempo livre; ao tempo livre para a droga;

Porque a mediatização do fenómeno das toxicodependências é feita pelo poder enorme da televisão, banalizando o fenómeno e a violência a ele associada, corrompendo eticamente a sociedade;

Porque a desertificação dos campos e a crise do meio rural atiram os jovens para os subúrbios do meios urbanos, onde não há qualidade de vida nem emprego;

Porque o modelo de vida urbano provoca uma espécie de "solidão massificada", que transforma a droga numa tentação fácil;

Porque a cultura dominante é a do laxismo e da permissividade e durante muitos anos vingou nas elites políticas e intelectuais a ideia de que a droga não era um mal e daí a consequência de que o Estado não deveria penalizar.

Podemos então concluir que o modelo da sociedade dita "progressista", destruiu as comunidades naturais, sem ter criado uma alternativa consistente e destruiu o equilíbrio social que era assegurado pela família, pela escola e pelo mundo rural, enfim, foi a destruição ou pelo menos a perda de interesse pelas instituições tradicionais.

Em nosso entender, o combate à droga começa por uma proposta de modelo de sociedade que:

Dê poder à família;

Crie uma alternativa ao ócio;

Desenvolva uma consciência crítica sobre a banalização do fenómeno das toxicodependências ;

Que ataque profundamente a degradação das condições de vida nos subúrbios.

As propostas que têm vindo a ser apresentadas na Assembleia da República, nomeadamente aquela que vem das hostes da Juventude Socialista, que visa a liberalização do consumo de drogas é quanto a nós, errada nos princípios, ineficaz na prática e perigosa nas suas consequências.

É errada nos princípios porque abandona a luta, e entendemos que os flagelos só se combatem com luta, com muita luta.

Não somos dos que pretendem acabar com os problemas ilegais legalizando-os, não somos dos que querem combater o mal considerando-o bem, sob pena de, hoje para amanhã, nos vermos a legalizar outros crimes porque não os conseguimos combater. Aqueles que usam o argumento de que o fruto proibido é o mais apetecido, parece-nos que se estão a esquecer que matar e roubar também é fruto proibido.

A função do Estado e da Região, é a busca infinda do bem-estar social e nunca contribuir para a degradação do ser humano e de um modo especial dos Jovens.

É preciso considerar a droga como um mal, contra o qual o Estado e as regiões Autónomas devem ser intransigentes.

A proposta que conhecemos é também ineficaz na prática. Senão vejamos países como a Holanda, que já cometeram a leviandade de enveredar pelo caminho da liberalização, e face ao aumento da criminalidade, a tendência hoje é recuar. Se existem ensaios já feitos, para quê utilizar os jovens Portugueses como cobaias?

A liberalização do consumo das chamadas drogas leves, provocará obviamente uma maior acessibilidade a estas drogas e conseqüentemente um aumento do consumo das mesmas o que pode, em última análise, provocar uma maior procura e refúgio em produtos muito mais perigosos.

A proposta é perigosa nas consequências, porque sendo esta Região e o País porções territoriais muito pequenas, pode transformá-los em autênticos paraísos da toxicodependência e criando autênticos entrepostos do tráfico internacional e graças à posição estratégica dos Açores, corremos o risco de fazer das nossas Ilhas autênticos paraísos para os traficantes, uma espécie de Zona Franca dos traficantes de droga.

Nós acreditamos no futuro. Não estamos desiludidos com a humanidade nem vamos baixar os braços, vamos lutar contra este flagelo com todas as nossas forças. Todos sabemos que é necessária mais eficácia na aplicação da Justiça. Defendemos a punição

dos traficantes com penas pesadas. Pedimos e exigimos maior eficácia na prevenção de todas as toxicodependências, bem como nos meios dispendidos no tratamento e recuperação dos toxicodependentes, bem como os meios dispendidos na investigação e captura dos traficantes.

O que fizeram os Governos do PS e do PSD para alterar o estado da Nação e da Região no que concerne ao fenómeno das toxicodependências?

É nossa obrigação denunciar que as políticas do Governo anterior e do actual, ainda que diferentes na retórica e na eloquência oratória de quem as divulga, são no essencial iguais. Ambos expõem uma retórica anti-droga, mas ambos aplicam políticas negligentes e laxativas.

A Autonomia não é só bradar contra o cargo de Ministro da República ou gritar aos sete ventos que apareceu um santo milagreiro que entendeu assumir as dividas e garantir o financiamento, é também lutar contra aqueles que nos querem destruir.

A mim não me agradam.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa para uma intervenção.

**Deputada Fátima Sousa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr, Secretário Regional, Estudantes e Professores:

Como foi referido esta manhã pelos jovens estudantes, e muito bem, "a droga não é apenas um problema individual", pelo que nesta reflexão e debate, nunca é demais relembrar o preponderante papel da família no processo de **prevenção, recuperação e reintegração** de toda e qualquer toxicod dependência.

A família continua a ser o núcleo base da estruturação da Sociedade. Este é um princípio que, para além de estar consignado na carta da ONU, mantém-se incontestado por governos e credos religiosos, porque reconhecem que **a paz, a vida, o amor, a dignidade, a solidariedade e a cultura** aprendem-se essencialmente no seio da família e, mais do que através da palavra, é pelo exemplo vivo que só essa vivência permite.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de Dezembro de 1948, proclama: "**A família** é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção desta e do Estado" ( art.º 16.º, 3). Também a Constituição da República

Portuguesa dispensa à família, no seu artigo 67.º, garantia Institucional, reconhecendo-a como elemento fundamental da Sociedade, e consagra, simultaneamente, o direito da família à protecção da Sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros.

Não podemos esquecer que todo o ser humano deseja **nascer e crescer** na estabilidade e conforto de uma família.

Dentro desta linha de considerações, não podemos fixar o nosso debate e reflexão apenas no jovem toxicodependente e relegar para segundo plano o papel importantíssimo da família e dos amigos mais próximos no processo de combate à toxicodependência, até pelo enorme suporte afectivo que mantêm entre si.

Se estivermos atentos verificamos que a maioria das famílias ao tomar conhecimento que no seu interior vive um filho toxicómano, normalmente, não sabe lidar com a situação porque a problemática é complexa, e difícil de lidar com ela, pelo que é frequente os pais reagirem culpabilizando-se, fechando-se, com medo de que os vizinhos desconfiem, afasta-se da restante família e demora a pedir apoio a quem está mais dentro do problema.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr, Secretário Regional, Estudantes e Professores:

Existem alguns casos de toxicodependência que são sustentados pelos pais, com enormes quantias diárias, para evitar que o filho roube, se transforme num marginal e vá parar à prisão.

Nestes casos, a família entra num círculo vicioso.

À medida que avança a dependência do filho, o agregado familiar vai também ele evoluindo na sua dependência para com o toxicodependente.

Quem lida bem de perto com essa problemática afirma que há pais que até ficam com os mesmos sintomas físicos do filho.

Não raro, por ignorância face à atitude sensata a tomar perante o problema da toxicodependência, o pai ausenta-se física ou espiritualmente, enquanto a mãe se vai enredando e deixando levar, de uma forma negativa, pelo drama.

Neste entretanto, meses ou anos, quase uma vida para alguns, a família vai-se desintegrando, sentindo-se impotente para lidar com o problema que só lhe traz medo, angústia, sentimentos de frustração, vergonha, culpa e infelicidade, partindo para um labirinto desconhecido onde reina a dor e o sofrimento. Ignoram que a recuperação do filho toxicómano passa, na maior parte das vezes, por eles mesmos, pela capacidade de, em conjunto com o filho, discutirem o assunto com objectividade e frontalidade, procurando partilhar os caminhos a seguir, nomeadamente na construção e concretização de um novo projecto de vida sem consumo de substâncias tóxicas.

Não podemos esquecer que, por parte dos pais, cada passo terá de ser dado num clima de abertura e de muito afecto, numa atitude de apoio e orientação sem recriminações, repressões, imposição de ideias ou códigos de vida iguais aos seus ou dos seus antepassados, mas, antes assente no princípio da negociação e da responsabilização do jovem pelas suas decisões, inclusivamente pela sua dependência.

Temos consciência que nem sempre impera essa lucidez e é necessário recorrer ao apoio de outras pessoas que lidam ou já se viram confrontadas com o mesmo problema como sejam os serviços públicos, grupos de famílias anónimas, grupos de toxicodependentes recuperados, de forma a que, num processo de inter-ajuda, aprendam a lidar com as situações da toxicodependência e com os problemas com ela relacionados, tais como: as recaídas, que é uma realidade constante no processo de recuperação; dificuldade de emprego; SIDA; hepatite; rejeição social, etc.

Esses grupos de inter-ajuda podem funcionar como dinamizadores de actividades que promovam a elevação da auto-estima e desenvolvam estilos de vida saudáveis tanto ao nível do desporto, da cultura, do lazer, etc. Pela via da participação pode-se reaprender a organizar a vida, descobrir novos interesses e estabelecer novas amizades. Podem, ainda, com base no seu testemunho de percurso de vida, serem os agentes privilegiados, no processo de desmotivação de outros envolvidos no consumo abusivo de substâncias tóxicas, evitando a progressiva auto-destruição, ajudando-os a procurar alternativas para enfrentarem as dificuldades com que se debatem.

É um dado adquirido que, no que diz respeito à toxicodependência, o grande combate trava-se ao nível da **Prevenção**, visando a criação de condições favoráveis à adopção de comportamentos mais saudáveis, nomeadamente nos adolescentes, capacitando-os para a prevenção dos seus próprios problemas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Estudantes e Professores:

Toda a **Prevenção** começa na família. A família é o eixo, a base, onde se aprende a valorizar as vitórias alcançadas, a aceitar os recuos e os passos não concretizados, a **crescer, a viver na solidariedade, a amar, a desenvolver o exercício da cidadania**, por outras palavras, é um espaço onde se constrói a **VIDA**.

Assim a vertente familiar nunca poderá deixar de ser incluída no processo de **prevenção, recuperação e integração**, onde tem um papel decisivo e insubstituível no sucesso de qualquer medida que vise reduzir a dimensão e minimizar os malefícios do grave problema que é toda e qualquer toxicodependência, pelos efeitos nefastos que provoca no indivíduo, família e sociedade.

Disse.

*(Aplausos de toda a Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra para pedidos de esclarecimentos o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sr. Deputado Nuno Barata, em relação à questão do tráfico eu percebi perfeitamente a sua posição. Peço desculpa, mas não percebi muito bem a sua posição em relação ao consumo, nomeadamente a questão, que não é tão parcelar como isso, da despenalização/penalização. Portanto, agradecia se me pudesse esclarecer.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Almeida e Sousa para prestar esclarecimentos.

**Deputado Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:



Eu não falei na despenalização do consumo...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Foi isso que eu não percebi!

**O Orador:** ...eu não falei, falei na penalização do tráfico.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Eu quero saber é a sua posição em relação ao consumo?

**O Orador:** A nossa posição em relação ao consumo é bem clara. O consumo hoje em dia ainda é, como o Sr. Deputado teve oportunidade de dizer, penalizado de alguma forma. É óbvio que não vamos penalizar nem vamos colocar na cadeia doentes, porque um tixicodependente, na nossa óptica, é um doente. Deve ser é tratado e essencialmente prevenido. Nunca tratado como um criminoso.

Muito obrigado.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Temos que penalizar o consumo?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila para esclarecimentos.

**Deputado Rui Pedro Ávila(PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu vou pedir esclarecimentos e também pôr em comum uma reflexão.

Se é certo que quando se pensava, aqui há alguns meses, que a droga passaria pelos Açores e aqui ficaria alguma, vinda nomeadamente da América do Sul, segundo os últimos dados que temos não é essa droga que chega aqui aos Açores. Essa droga passa e continua para o continente europeu. A que chega aqui aos Açores está mais que provado, segundo os entendidos, que vem por via aérea vinda do Continente.

Portanto, há que alertar, se é que ainda não estão alertadas, as autoridades competentes para este facto concreto e há que vigiar quem se movimenta nesses meandros, porque imaginemos que por hipótese, e que até poderia ser uma realidade, determinado aluno numa escola da nossa Região é encontrado e penalizado por posse de droga. Foi julgado e expulso da escola. Ficou com o seu futuro irremediavelmente prejudicado. A escola terá ficado liberta, mas ficaram de certeza impunes aqueles, os adultos, que lhe forneceram essa droga. É isso que me faz sentir remorsos, da pouca ou alguma responsabilidade, como legislador da Região, possa ter.

Mas, penso também que não mais devemos calar aquilo que alguma vez o fizemos, porque quando há anos tomámos conhecimento que nas escolas do Pico havia droga,

quem nos dizia isso também pedia por favor, não mexa no assunto, e sinceramente julgávamos que não seria um assunto grave.

Hoje, respondendo ou não a inquéritos, afirmando ou não a verdade, é lá, é nos centros de convívio, para não lhes chamar outros nomes, que ela existe e mais ninguém se pode esquecer que isso é um facto.

Agora, o que não podemos é deixar de voltar ao princípio e quero acabar pela positiva.

Foi com alguma emoção que ouvi uma jovem da minha ilha aqui hoje dizer e bem: "onde estão os pais quando os jovens adolescentes têm algum problema?", dizia ela: "estão ganhando dinheiro, estão a ver a novela na televisão ou estão fora de casa", como também eu ando muitas vezes. E, aquilo que vou dizer agora serve para mim e é um alerta para todos: nós pais procuremos estar menos vezes fora de casa e mais vezes ouvindo os nossos filhos.

**Deputado António Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa para pedidos de esclarecimento.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Este conjunto de intervenções que já aqui foi produzido, na sequência de todo o trabalho que foi feito da parte da manhã, suscitou-me uma questão que eu gostaria de colocar ao Sr. Secretário, e que já vem desde o momento em que o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt interviu e que tinha pedido a palavra.

Do conjunto de intervenções feitas da parte da manhã, houve três que eu retive e que dizem o seguinte:

"- A droga é já um a realidade nas nossas ilhas;

- Os jovens passam a maior parte do seu tempo nas escolas;

- Os professores vão à escola, ganham o seu dinheiro e estão-se marimbando para os alunos." Citei.

Da análise do relatório e das respostas aos inquéritos, quer pela ausência de respostas, quer pela forma como essas respostas foram dadas, sou levado a concluir que os responsáveis pelas escolas ainda não estão sensibilizados para os problemas

da toxicod dependência na nossa Região e principalmente nos espaços que têm a seu cargo e preferem seguir a política da avestruz, ou seja, ignorar o problema, enfiando a cabeça na areia.

Também é um facto que as nossas escolas ou muitas delas, pelo menos, não estão adaptadas e não possuem os espaços para poderem dar resposta de forma conveniente aos tempos livres dos jovens que aí passam grande parte do seu tempo, porque pensamos que é na prevenção e na eliminação das causas que se pode evitar que os jovens se refugiem em soluções que não são as mais convenientes.

Perante isto, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário o que é que de inovador, de diferente e de positivo, ou mais concretamente, com o que é que podemos contar de novo Governo da Nova Autonomia?

Obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

**Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais** (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma parte da resposta à questão que agora foi aqui colocada dá-la-ei na intervenção que irei fazer e para a qual já me inscrevi.

Em relação às questões que me pôs, em primeiro lugar aquilo que fizemos foi tentar alterar o curso do funcionamento do núcleo do "Projecto Vida" que, como há pouco referi, não teve o êxito que gostaria que tivesse.

Entretanto, o que se tem feito é, por um lado, tentar sensibilizar mais os professores de determinadas disciplinas, nomeadamente na de "desenvolvimento pessoal e social"; que nesta altura está a ser feito um curso e estamos a tentar estender a todas as escolas da região o funcionamento desta disciplina como alternativa à disciplina de religião e moral e por outro tentou-se também, porque é uma opção, através da disciplina de religião e moral católica, melhorar a forma como esta disciplina é ministrada. Com esse objectivo foi estabelecido um protocolo com a Diocese que levou à criação de coordenadores de ilha e que têm por missão dinamizar esta disciplina e fazer com que ela tenha um melhor funcionamento nas escolas e ao

mesmo tempo criar uma alternativa válida para aqueles que preferirem não ter essa disciplina.

Por essa via, está-se já a tentar uma maior utilização na escola pondo em vigor aquilo que está previsto nesta área que, aliás, já foi citado aqui pela Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Portanto, há na verdade um despacho que fixa um conjunto de metas e objectivos que estamos a tentar implementar nas escolas.

Também continua-se a verificar, da parte dos responsáveis das escolas, algum afastamento e em muitos casos uma negação do problema. Infelizmente isto acontece e os Sr. Deputados terão oportunidade de constatar isso.

Por outro lado, continuam a existir muitas escolas que afirmam não ter esse problema, o que, obviamente, eu não acredito, porque, infelizmente, esta é uma situação que já chegou a todos os lugares da Região e as escolas infelizmente não estão imunes a ele.

Este trabalho, esta abertura e este assumir do problema tem que continuar. Nós temos que acabar com esta política de avestruz de que o problema não existe. Todos nós sabemos que ele existe e não acredito que nenhum professor ou nenhum responsável na escola sinceramente acredite que na sua escola o problema não exista.

Infelizmente, esta é uma questão que já chegou a todo o lado, desde Santa Maria ao Corvo.

Eu creio que através da dinamização das disciplina que referi, através dum maior cuidado no funcionamento da área escola, através de projectos educacionais para as escolas, porque as escolas têm também que incluir estas matérias e estas vertentes, é possível fazer chegar às escolas mais informação e assim informar melhor e dar uma melhor formação aos nossos jovens. Infelizmente, a formação não é tudo e só o ensinar a dizer não, não resolve o problema Portanto, continuaria esta conversa quando chegar à minha intervenção, porque ela está centrada sobre este questão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa para uma intervenção.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não estava pensando intervir neste debate, mas à medida que o tempo vai passando as questões que se vão levantando são cada vez mais complexas e aquilo que foi o testemunho vivo, desta manhã, pode rapidamente converter-se numa conversa um tanto teórica que depois nos esquecemos. Daquilo que nos foi dito, e o que foi dito e a que nós temos que responder é isto: o que nos foi posto aqui esta manhã, foram problemas vitais, foram problemas levantados e sentidos por gente que vive todos os dias nas suas escolas.

Cada um dos que aqui veio esta manhã conhece um, dois ou três que trazem consigo o fardo do flagelo da droga. Este é o problema com que nos debatemos e é o problema com que temos que nos defrontar. A Sra. Deputada Fátima Sousa aqui há pouco, na sua intervenção, começou por pôr o dedo em cima de algumas feridas.

Nós estamos desarmados de valores.

A Escola Secundária da Horta traz um papelinho onde cita um investigador e terapêuta que participou numa conferência sobre a SIDA, no ano passado, patrocinada pela Presidência da República e que diz: "É necessário resolver a falta de referências entre os adolescentes na sociedade actual".

Srs. Deputados, o que nos falta são valores e referências, porque as pessoas entram na escola, passam na família, passam nos círculos de amigos, saem da escola e vão para a universidade e saem da universidade e não têm valores. Vivemos aqui esmagados por um consumismo que se apoderou da nossa vida social. Vivemos esmagados por um horizontalismo que nos atravessa a todos no nosso país. Vivemos preocupados com o ter e nunca nos preocupamos com o ser.

De todo o trabalho hoje realizado por esta Assembleia, de todo o trabalho que aqui foi feito, e muito bem, pela Comissão, - e já agora para que fique registado, a Assembleia na I Legislatura, pela sua Comissão de Assuntos Sociais, realizou um trabalho de grande pormenor sobre droga, álcool e prostituição, que se encontra nos arquivos da Assembleia para quem o quiser consultar, e até seria bom, neste momento, tentar averiguar o que é que nestes 20 anos se alcançou nesta matéria - a Sra. Deputada Fernanda Mendes trouxe aqui um problema da maior acuidade que é esta pequena pecha que se vai instalando na nossa sociedade. De passar das coisas mais pequenitas para as maiores e mais graves, que crescem pela habituação, como é

a questão do álcool, que começa por vezes na família e até nalguns sítios diz-se que serve para alimentação e que fortalece. Quantas vezes os professores nas escolas não se debatem com esse problema que é um problema da própria comunidade.

Mas, a minha preocupação é esta: quantos de nós, nesta sala, estamos preparados para responder a este problema.

O que disse o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt é verdade. A minha época passou.

Que tipo de linguagem posso eu usar, que tenho 20, 30 ou 40 anos, quando um filho, um sobrinho, um afilhado, um parente, um amigo ou um filho de um amigo se iniciar no percurso, e muitas vezes sem regresso, deste flagelo. O que é que lhe posso dizer, que exemplo é que lhe posso dar, para que alguém se anime nas forças que tem, encontre ajuda e se possa redimir.

O que temos na nossa sociedade é isto. O que temos que fazer é encontrar forma de revitalizá-la e de rearmá-la com os valores que temos vindo a perder e que esta Casa tem também que, algum dia, realizar um debate profundo sobre isto.

É o valor da generosidade, é o valor da vizinhança, é o valor da ajuda mútua, é o valor da solidariedade. Estou falando apenas dos mais pequenos, porque inclusivamente nós vamo-nos arredando nas nossas comunidades, e os mais velhos sabem que é assim, de valores fundamentais da nossa vida cultural nos Açores.

Se não tivermos referências, se não tivermos valores e se não tivermos referências de vida, Srs. Deputados, podemos fazer as leis, podemos despenalizar, podemos fazer trinta por uma linha, mas vai faltar-nos sempre alguma coisa.

Também ficou aqui uma outra nota de uma jovem, que já teve de sair, e que dizia no fim do seu discurso: "precisamos de famílias saudáveis e escolas felizes". É isto que falta, Srs. Deputados, e não vale a pena agora procurar se o professor liga mais, se liga menos.

Esta questão, é tão difícil, tão complicada como aquela que todos nós, pais e mães vivemos. Quantas vezes nós não vimos um filho nosso a precipitar-se num abismo e não temos forças, não sabemos, nem podemos deitar-lhe a mão e salvá-lo.

Os problemas da nossa geração foram uns, foi com esses que nós nos debatemos, foi para esses que nós nos preparámos e foi com esses que nós, ao fim e ao cabo, nos

confrontámos. Hoje, a linguagem é outra, o estilo é outro, o enquadramento é outro e nós estamos completamente alheios àquilo que se passa.

Voltando à família, devo dizer que nós não criamos espaços na nossa família para o diálogo, para a conversa, para o encontro, para a entrega e perdemos, sobretudo na família e na vida social, o sentido de que temos o encargo dos outros. Não somos sozinhos neste mundo, eu tenho o encargo do que vive ao meu lado e se não souber ter o encargo desse e ser solidário com esse, pouco mais posso fazer, porque tudo isso é obra de desprendimento, de disponibilidade e também uma obra de esperança.

Eu estou de acordo com todas as intervenções. Tenho algumas dúvidas sobre a questão da despenalização posta pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, mas é uma posição que eu respeito.

Agora, aquilo que me atrapalha e que me preocupa é, efectivamente, as referências que temos para dar e como é que construímos a nossa Região com famílias saudáveis e escolas felizes.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD e do PS e do Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais)*

**Presidente:** Tem prestar um esclarecimento tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

**Deputada Fernanda Mendes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Não gostaria de deixar passar em branco dois aspectos relativamente ao relatório que foi falado aqui várias vezes.

Infelizmente, o número baixo das respostas foi porque das Associações de Pais e Encarregados e Educação apenas responderam 3, do 30 questionários enviados. Das Associações de Estudante a mesma coisa.

Acho que é importante frizar isto, porque na sequência das intervenções que têm sido feitas diz-se que é preciso mobilizar os pais. Onde é que eles estão? E os próprios jovens?

Um outro conceito que ficou aqui muito no ar e que gostaria de esclarecer, porque acho que é minha obrigação enquanto médica, é que existe a ideia de que iniciar-se por drogas ditas leves é criar a apetência para as ditas drogas duras; quero dizer que no histórico do toxicodependente, que já está logicamente nas duras, ele não teve sempre, a maior parte das vezes, uma iniciação por coisas ditas leves.

Eu gostaria de esclarecer que não é verdade que haxixe e marijuana dêem apetência psicológica e biológica para uma heroína. Não é por aí. É pelo facto de, sendo elas todas ilícitas, o indivíduo que começa por uma mesmo muito diferente, como a marijuana ou o haxixe, mas sendo ilícita, começa a ficar à margem e pertencer ao grupo, e mais facilmente é assediado. É por esta razão e não por apetência.

Só mais um esclarecimento ali ao Deputado Nuno Barata.

Eu gostaria de deixar muito claro que, quer na Europa, quer nesta Região, que é o extremo da Europa, quando se fala que é preciso mudar as estratégias, não quero dizer que se tenha desistido da luta contra a toxicodependência. É só única e exclusivamente mudar estratégias, porque todos continuam sentindo essa necessidade e ninguém aqui falou em desistir da vida.

Tenho dito.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Uma vez que esta problemática já vai longa, vou procurar ser breve e gostaria apenas de fazer um ou duas considerações muito rápidas, ainda em relação a esta matéria.

A Sra. Deputada Fernanda Mendes refere que não há causas fisiológicas ou psicológicas que levem a um estado evolutivo, em relação à apetência das chamadas drogas leves para as drogas duras.

Fui uma das pessoas que me referi à matéria, mas não o afirmei. Aquilo que afirmei foi aquilo que a Sra. Deputada também refere e confirma. É que no histórico da grande percentagem de toxicodependentes há um ponto de partida, e esse ponto de



partida é aquilo a que alguns agora chamam de drogas leves, que evolutivamente chegam às drogas duras. Esta é uma realidade estatística e põe-se um problema que se pode considerar subjectivo, porque se não tivesse havido a fase da chamada marijuana, por exemplo, se se teria chegado a outra fase.

Portanto, penso que sobre isto não há ninguém que seja capaz de dar a resposta, porque, efectivamente, esta é a realidade histórica do toxicodependente.

Por isso mesmo nós preocupamos-nos com qualquer liberalização, porque nada nos garante que a liberalização das chamadas drogas leves, não leve a um aumento do seu consumo e temos, infelizmente, casos de sociedades onde a liberalização comprovou o aumento do consumo.

Portanto, esta é uma situação que pensamos que tem que ser analisada com grande cuidado e neste momento temos, de facto, grande apreensão em relação a este tipo de liberalização.

Um outro aspecto que gostaríamos de referir tem a ver com a intervenção do Sr. Deputado Madruga da Costa e estamos perfeitamente de acordo com aquilo que ele diz. No entanto, em nosso entender, temos que nos localizar hoje na sociedade onde estamos, com a evolução que temos, com os aspectos sociais positivos e negativos desta sociedade e se estamos, por princípio, de acordo com tudo o que disse, temos muitas dúvidas da possibilidade de, pelos menos a curto a prazo, se poder criar nos nossos jovens e nas nossas famílias esses pressupostos que aqui afirmou. Esta é a nossa realidade e é, infelizmente, essa realidade que temos que encarar.

Quando os jovens, hoje aqui de manhã, disseram que os pais saem de manhã para ganhar dinheiro e voltam à tarde, e não sei se algum referiu, mas posso acrescentar que muitas vezes para ver televisão. Esta é que é a realidade na nossa sociedade e o diálogo na família acabou.

Será que esta sociedade terá força - e eu não costumo ser derrotista nestas coisas - e capacidade para transformar esta situação?

É uma pergunta que eu deixo. Gostaria que me dessem essa receita. Eu da minha parte estou disposto a dar o meu contributo, na medida do possível, para avançar nesse sentido. Agora, temos é que encarar esta sociedade tal qual ela existe e que tem muitos aspectos negativíssimos e com alguns dos quais eu estou, por princípio,

totalmente contra. Mas, a realidade é que me introduziram numa sociedade de consumo.

Estou convencido que há possibilidade de, efectivamente, se poder viver melhor, poder-se viver com outros princípios, poder-se ser solidário, poder ter-se ao nosso lado o nosso semelhante e considerá-lo igual a nós. Esta sociedade que foi criada e que evolutivamente nos lançou no estado actual, é aquela que todos nós conhecemos e não se vê a curto prazo uma evolução positiva, antes pelo contrário, porque os fenómenos da separação de famílias, do afastamento de pessoas, os fenómenos da incompreensão entre os elementos da própria família, é uma realidade que hoje infelizmente vivemos.

Gostaria de acreditar, de facto, que vamos poder voltar ou evoluir de maneira diferente.

No entanto, estou convencido que esta é uma situação que, da qual eu não desisto, porque continuo a acreditar noutras possibilidades e noutros valores, é possível mudar, mas só com o esforço e a luta de todos. Estou convencido que os resultados não serão para amanhã.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

**Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais** (*Álamo de Metesses*): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Na sequência das últimas duas intervenções, gostaria apenas de trazer aqui a este debate um aspecto que tem andado algo arredio, que é o aspecto das motivações.

Porque é que os mais jovens e os menos jovens, porque infelizmente temos muitos tixocodépendentes que não são jovens, se transformam em toxicodépendentes.

Eu trago aqui este aspecto por causa da relação entre o consumo das drogas leves e das drogas duras, porque no fim de contas o que acontece e esta coincidência do facto das pessoas começarem normalmente pelas mais leves e depois progredirem para as mais duras, não é uma relação entre umas e outras, vem sim do facto dessas pessoas terem motivações fisiológicas, porque a fisiologia da dependência também já começa a ser conhecida e há realmente aspectos da toxifisiologia do indivíduo que levam a uma maior apetência do consumo de droga.

Também motivações psicológicas sociais ou de sua vida levam a que essas pessoas tenham uma maior apetência e é natural que comecem pelas drogas mais disponíveis, que são aqueles que à partida se conseguem mais facilmente, que são as drogas leves e depois progridam para as drogas duras.

Portanto, isto não acontece por terem começado pela drogas leves, mas sim porque as pessoas eram vulneráveis e tinham à partida uma apetência para elas.

Creio que o nosso debate ficaria empobrecido se não pensássemos também nesta relação e nestes factos, porque na verdade não me parece lícito estabelecer uma relação directa entre o consumo das drogas leves e das drogas duras, apenas dizendo que umas levam às outras. Temos também que pensar que, se calhar, o consumo de uma e outras têm as mesmas causas e coincide nas mesmas pessoas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É no seguimento da intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão e só para esclarecer o seguinte:

Eu não tenho dúvidas do mundo em que vivemos e sei que aquilo que digo são aspectos que têm que ser entendidos numa estratégia que tem que haver a longo prazo, porque nestas coisas a velocidade com que se perdem é inversamente proporcional à velocidade com que se ganham.

Entretanto, passou aqui uma geração, e já vai em duas ou três gerações, mas pelo menos duas, que já sofreram toda a influência desta nossa sociedade que se vem criando de há uns tempos a esta parte e que, aliás, a nossa televisão cultiva de manhã, à tarde e à noite, ou seja, todo o dia, para que a rapaziada se sirva, e peço perdão pela expressão de rapaziada, mas é uma espécie de bordão.

Aquilo que as pessoas vêem todo o dia pela frente é consumo, é a instabilidade familiar, é a instabilidade nas amizades, é a transitoriedade da relação pessoal e da relação afectiva. Portanto, o que nós estamos a criar ou a tentar criar é, no mundo em que vivemos, o efeito e o bom efeito da relação estável e permanente, mas subvertem tudo isto pelo transitório e o accidental.

É evidente que numa altura em que nós assistimos ao nosso lado à fragilidade, como o Sr. Deputado Paulo Valadão há pouco dizia, como é que é possível criar estas

situações, em lares que se desfazem muito rapidamente. Pois se as pessoas hoje, quando encaram a sua união matrimonial, nuns casos de mero contrato e noutros casos sacramental, com o à vontade com que se bebe um copo de água ou se vai ao cinema, isto não dá!. As pessoas não se preparam para serem em primeiro lugar marido e mulher e depois não se preparam para serem pais. É evidente que estes problemas têm que surgir.

Portanto, há aqui um encadeado de coisas, há um encadeado de razões que não pode efectivamente aqui resumir-se, mas que são muito complexas, muito complicadas e não tenho dúvidas nenhuma que não se resolvem amanhã de manhã.

É com isto que nós nos debatemos; é com isto que nós nos confrontamos e a questão que acaba de pôr aqui o Sr. Secretário acerca das motivações e daquilo que hoje assistimos, talvez um pouco admirados, de como é que um indivíduo que chega aos 30 ou aos 40 anos e de repente passou de fumar uma passazinha de haxixe, por divertimento, para o tal consumo de heroína. Porque é que isto acontece? Bom, de repente as pessoas chegam aos 30 e aos 40 anos, olham para si, olham para trás e questionam-se sobre o que é que está atrás, o que é que se andou e anda a fazer em certo momento e qual é o caminho que tem para percorrer e não há dúvida nenhuma que a dureza da nossa vida hoje, mesmo nas nossas pequenas comunidades insulares se tornou opressiva, se tornou difícil, se tornou cheia com o trabalho do pai, da mãe, com o trabalho da família toda.

Portanto, a criação de espaços, de encontro, de diálogo e de entendimento têm que ser cultivados, porque quando se chega a casa se pendura o casaco, abre a televisão, desliga a televisão e diz boa noite e até amanhã se Deus quiser, então não há hipótese nenhuma.

Bom, se calhar eu tenho é que começar a pensar que tenho que ficar em casa mais algum tempo. E nós!? Mas à vezes não é do muito tempo com que se fala, é da forma como se fala, é a atenção que se dá, é o pormenor da situação, é a lembrança na altura e momento certo. A vida não é feita de grandes coisas - eu estou a falar para as pessoas que têm essa experiência - nem de actos heróicos; é feita do somatório das pequenas boas coisas de todos os dias.

Este talvez é que é o nosso problema e o nosso segredo. Interiorizamo-nos na nossa vida profissional, que não é a realização da profissão do ponto de vista técnico. O ser mais competente ou menos competente, porque a minha profissão é a minha forma de estar no mundo, é a forma de me realizar. Se for professor a minha função não é apenas o ensinar, é o formar, é o educar e se os professores estudassem menos um compêndio de didática e outro de pedagogia e lessem outra vez Sebastião da Gama, talvez pudessem entender quanto de belo há nesta função de às vezes ensinar pior um teorema de matemática, mas ensinar um indivíduo a ser homem.

Não me quero alargar e quero dizer que estou de acordo com todos ou todos estamos de acordo, mas é preciso, e isto para mim é ponto importante, rearmar a sociedade portuguesa, porque não é só os Açores, com os valores que a enformaram e que lhe são próprios.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

**Deputado Aurélio da Fonseca (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Permitam-me um brevíssimo contributo.

Eu estou perfeitamente de acordo com aquilo que o Sr. Deputado Madruga da Costa disse e que muitos outros também aqui referiram, quanto à problemática da ausência de valores, ou de referências na sociedade actual no mundo dos nossos dias.

Esses valores eternos e perenes foram substituídos por aquilo que caracteriza hoje a sociedade que alguém com muita pertinência designou por uma "sociedade light", uma sociedade aligeirada, que dá origem a um homem light, um homem aligeirado, ou seja, um homem que se rege não por esses valores ou referências que nós tínhamos antes como válidos, mas por outros que o substituíram e que assentam à volta do consumismo, do egoísmo, do edoneísmo, do subjectivismo e do relativismo, mas é o relativismo que julgo estar na causa de muita desta problemática.

São as meias tintas. É que há coisas que são boas e que são intrinsecamente boas e há coisas que são más e são más em toda a linha.

É por isso que eu estou radicalmente contra a liberalização- Também acredito piamente que não é com a despenalização que se resolve o problema.

Consumir drogas, entrar neste caminho é mau, é intrinsecamente mau e não pode de maneira nenhuma ser equiparado ao consumir álcool ou fumar. É muito pior do que isto e tem consequências muito mais nefastas. Equiparar esta realidade não vai resolver o problema, vai concerteza agravá-lo muito mais.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria também de participar neste debate que é fundamental, embora não tenhamos tempo para aprofundar tudo aquilo que aqui foi dito e tudo aquilo que nós queríamos dizer.

O que eu quero introduzir aqui não é um dado novo, mas é fruto duma reflexão de muitos anos.

Eu creio que a nossa sociedade como está, não está preparada também para receber e encaminhar os jovens. Nós temos hoje um problema de vocação que não tivemos no nosso tempo e esse problema de vocação é prioritário e fundamental, porque não basta colocar um jovem numa escola, dar-lhe livros e torná-lo estudante, ele tem que saber o que é que quer e o que é que vai fazer e a nossa sociedade, muitas vezes, não tem nada para lhe dar. Não tem um rumo; não há um caminho; não tem uma vocação. Ninguém o chama e isso, de facto, faz com que ele se desvie muitas vezes de um determinado rumo.

Todos nós que temos já uma certa idade conhecemos os sacrifícios que tanta gente fez para tirar um curso. Era luta, era força, era heroísmo, mas havia interiormente uma força que o levava a conseguir um objectivo. Hoje não é preciso lutar pelos objectivos, porque também muitas vezes não os há, e por isso as crianças entram numa escola e não sabem o que é que querem ser. Se lhes perguntarem o que é que queres ser, eles não sabem. Eles estudam por estudar.

Nós preparamos o caminho para lhes dar estudo, para lhes dar formação, mas não lhes apontamos rumos, porque não podemos fazê-lo e não temos essas possibilidades. Quando no mundo se fala de desemprego e se fala de problemas graves, tudo isto não é favorável a quem começa uma jornada e quer ter, de facto, um fim. Este problema para mim é importante e é fundamental. Nós somos duma geração, meus caros companheiros, em que éramos poucos aqueles que estudavam: um queria ser padre,

outro queria ser professor, outro queria ir para a Vila e arranjar um empregozito, um queria ser polícia, outro guarda fiscal e os outros ficavam em casa trabalhando e remando. Nós somos dessa geração. Hoje não é assim. Todos têm livros, todos têm escola e isso é ótimo e formidável, mas como é que se consegue o objectivo!? Isso faz com que muitas vezes os jovens andem na escola sem rumo, sem vocação, nem andem empenhados num objectivo e a conquistar algo. É o facilitismo da vida.

Nós pais queremos que os nossos filhos tenham coisas melhores do que nós tivemos, mas muitas das vezes não lhes damos o espírito de conquista, o espírito de luta que é importante e fundamental.

Depois, para mim, existe um problema de gerações, que é importante. Há aqui duas gerações: a nossa e a deles e tanto uma como outra com virtudes e com defeitos. Para mim a maior virtude deles é a sinceridade e a abertura que nós não tínhamos. Eles não têm medo de dizer coisas. E, hoje se não existe diálogo com eles, a culpa é mais nossa do que deles. Isto tem que ser aqui dito e afirmado peremptória e categoricamente, porque eles perguntam coisas que nós não perguntávamos. Eles não fogem como nós que tínhamos vergonha de tudo.

O problema que se põe aqui não é o poder da família, mas sim o sentido de família, de ser família e de entender a problemática da família dentro daquilo que acontece. Se os jovens se abrem com o padre, se abrem com o professor e se abrem com um amigo, porque é que não se abrem com os pais.!? Porque nós não lhes damos oportunidade!? Porque não lhes favorecemos o diálogo!? A maior virtude que eu sempre admirei nesta juventude foi a frontalidade de numa aula perguntarem coisas que eu me arrepiava, se quando era pequeno perguntasse. Nós não tínhamos essa coragem. Nós tínhamos medo. Essa reverência acabou e pelo facto de ter acabado tem aspectos positivos, nomeadamente a abertura, o diálogo e o perguntar e saber as coisas e tudo o que se passou e se disse hoje aqui de manhã é prova disso.

Eu concordo com tudo aquilo que se disse hoje aqui. Foi tudo positivo, tudo objectivo, tudo importante e temos que reflectir.

Se de facto há virtudes na nossa geração, como é a virtude da luta, da conquista e do suor para ter alguma coisa, e se há na deles a da sinceridade, da franqueza, da abertura e daquele sorriso que os agrada, acho que a síntese ou a sùmula deste dia, era

juntar o nosso espírito de conquista, de luta e a nossa vocação por uma coisa melhor, àquela generosidade e àquela sinceridade e nos abrimos a eles, porque, meus amigos, não é com a repressão que se acaba com a droga. É impossível, num mundo que está cheio de problemas, em que o desemprego é cada vez maior e as pessoas querem ganhar dinheiro. Este é um problema económico.

Nós não acabamos com a droga com repressão. Nós acabamos com a droga com um estado espírito novo e diferente que pode ser a conjugação dos valores que eu aponte aqui.

Foi o meu modesto contributo para esta discussão.

*(Aplausos das bancadas do PS, do PSD e do Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

**Deputado Aurélio da Fonseca (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Só uma última achega.

Eu também não concordo que seja através da repressão que se resolva este gravíssimo problema e quando disse que acreditava que não era através da despenalização, conforme também da repressão, - e sei que não era aí que estava a centrar a sua atenção, mas é só uma achega em relação àquilo que disse há pouco - foi porque não concordo que se levem para a prisão os que consomem droga e que são doentes, embora pense que devia, de alguma forma, existir uma penalização, nem que fosse uma obrigatoriedade de um serviço cívico, um acompanhamento obrigatório de adesão a um programa de tratamento, algo que, de alguma forma marcasse ou continuasse a apontar o consumo como algo que não é legal, que não é equiparável a outras situações que não tem as consequências que o consumo da droga tem.

**Presidente:** Parecendo não haver mais intervenções, damos por encerrado este debate.

Como estava previsto, vamos fazer uma interrupção dos nossos trabalhos por um período de 30 minutos.



*(Eram 18,05 horas)*

**Presidente:** Estão reabertos os nossos trabalhos.

*(Eram 19,00 horas)*

Vamos entrar no **Período de Antes da Ordem do Dia** com a leitura da correspondência.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista um ofício do seguinte teor:

"O Projecto de Decreto Legislativo Regional - Criação de um Registo Regional das Associações de Deficientes e Regime de Apoios a Conceder a essas Associações.

Nos termos do artigo 133.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o Grupo Parlamentar do PS retira o Projecto acima citado".

- Parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/97 - Protecção do Património Florestal Regional.

**Presidente:** Uma vez que não existem votos, vamos passar ao período destinado a intervenções de interesse político relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Fraga.

**Deputado Carlos Fraga** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

**Aquando de outra intervenção feita desta tribuna e a propósito de defender a necessidade de uma diversificação cultural para nossa agricultura, como garantia da continuidade activa dos nossos agricultores em épocas de crise, referia-me às dificuldades que surgiram no mercado da carne de bovinos em consequência da chamada doença das vacas loucas.**

**Embora a Região Autónoma dos Açores nada tivesse contribuído para a origem ou a disseminação da BSE, não deixou de sofrer algumas consequências, que se traduziram em prejuízos irremediáveis para alguns comerciantes de gado e que**

também afectou os rendimentos das explorações agro pecuárias, principalmente daquelas em que a componente de engorda e acabamento de bovinos era mais vincada.

Para atenuar e mesmo acabar com os efeitos perniciosos que as notícias alarmantes iam então provocando nos mercados e nos consumidores, encetou o Governo Regional uma campanha de informação onde se repunha a verdade contra a desinformação que era propagada por alguns órgãos de comunicação social acerca dos malefícios que poderiam advir para a saúde humana de quem ingerisse carne de bovinos. Pretenderam meter no mesmo saco os animais e a carne que era exportada dos Açores para os mercados do continente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Os efeitos positivos alcançados pela estratégia adoptada por Departamentos do Governo Regional, Associações de Produtores, Câmaras do Comércio e também de alguns órgãos de informação fizeram com que as nossas exportações de carne de bovino ou de animais vivos, e mesmo dos próprios produtos lácteos, retomassem no mercado os lugares anteriormente conquistados.

A conquista dos mercados, agora chamados de tradicionais, não foi obra fácil e muito menos célere. Demorou anos e exigiu esforço e empenho de gente espalhada por todas as ilhas, continente e até de alguns imigrantes, nos seus locais de acolhimento.

A vontade de produzir bem e cada vez melhor é apanágio dos nossos produtores agrícolas, que não se coíbem em investir para atingirem os objectivos propostos. Felizmente, as indústrias transformadoras comungam da mesma vontade e tentam modernizar e apetrechar as suas unidades com novas tecnologias, capazes de concorrerem com melhores produtos nos mercados consumidores. Em paralelo, começam a surgir novas formas de comercialização das nossas produções agrícolas directas e dos produtos transformados pelas unidades agro indústrias.

Também já se fala e começa a produzir-se, segundo técnicas biológicas, alguns primores hortícolas e outros frutos tradicionais, que, por sofrerem maior

**pressão concorrencial nos mercados exteriores, necessitam de apresentar uma nova imagem e melhor qualidade.**

**A exportação de carne de bovinos em carcaça ou desmanchada e embalada começa a atingir dimensões encorajadoras. Estas exportações em breve serão optimizadas com a entrada em funcionamento dos matadouros industriais de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, o primeiro com início de construção para o próximo ano, como recentemente anunciou o Senhor Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente.**

**A conquista de nichos de mercado começa a ser uma realidade. Em algumas superfícies comerciais do continente já se vêem produtos açorianos ao lado de outros provenientes de regiões tradicionalmente reconhecidas com aptidão para produzir e fornecedoras de produtos de grande qualidade.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

**É neste ambiente animador de iniciativas e avanços e quando se esperava (ou mesmo nada se esperasse, o que também já não era mau) que todos contribuíssem de alguma maneira e dentro das suas possibilidades e capacidades para o desenvolvimento tão desejado e merecido dos que aqui vivem, que vem a terreiro outra notícia alarmante que mais uma vez tenta prejudicar a imagem das produções base das nossas exportações e por consequência da nossa economia.**

**Desta vez a bomba foi caseira. Mas nem por isso deixaria de produzir um grande estrondo, possivelmente com projecção de ecos em várias direcções. Não fora, mais uma vez, a rápida intervenção do Governo Regional e dos parceiros sociais, que mostraram o elevado grau de responsabilização e de espírito de bem servir, sempre que alguém, inadvertidamente ou não, põe em perigo a nossa ainda débil economia.**

**Refiro-me à notícia veiculada por um semanário publicado em Ponta Delgada aludindo ao trabalho de um médico veterinário, que referia a hipótese de haver alguma perigosidade no consumo de leite e carne provenientes de bovinos das Ilhas de S. Miguel e Terceira.**

**Mais tarde o referido trabalho foi classificado pelo próprio autor como sendo “uma proposta de estudo onde se podem fazer várias leituras.”**

**O mesmo técnico adianta. “Uma proposta de estudo tem como objectivo apenas levantar dúvidas e questões. Nada mais do que isso. Não se pretende sequer apontar nada de concreto, porque só posteriormente se começa a investigação.”**

**Notícias como esta, vindas a público sem rigor científico e num período de relançamento da nossa economia, deixam no ar e nas nossas mentes muitas interrogações:**

**Se se trata de uma preocupação com a saúde pública, parece-nos excessiva e errada.**

**Excessiva, porque demasiado empolada mas vazia de conteúdo científico abalizado.**

**Errada, porque refere, entre outros aspectos, os que se prendem com o maneió animal e sistemas alimentares dos bovinos nas nossas Ilhas, que não correspondem à realidade nem nunca foram usuais.**

**Julgo não restar qualquer dúvida, de que se houvesse perigo para a saúde pública consumindo leite e carne provenientes dos bovinos criados nos Açores, seria o próprio Governo Regional através de organismo apropriado que alertaria os produtores e consumidores.**

**Continuaremos sujeitos a situações semelhantes às descritas. O desgaste que produzem e o tempo que absorvem para reposição da normalidade prejudicam fortemente o esforço de desenvolvimento que todos querem acelerado.**

*(Aplausos da bancada do PS e do Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais).*

**Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Almeida e Sousa**

**Deputado Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputado, Sr. Secretário Regional:

O caso dos surtos de BSE que apareceram na U.E. e que muito prejudicaram os produtores de carne do Arquipélago dos Açores é sintomático para a falta de capacidade que tivemos no passado de resolver os nossos problemas.

A falta dos matadouros industriais e a falta de condições dos nossos produtores, de colocarem os seus produtos com rótulos de origem e de qualidade.

Isto é passado, mas, e depois da intervenção do Sr. Deputado Carlos Fraga, queria só lembrar uma coisa: os resultados positivos que possam ter advindo da estratégia deste Governo Regional, podem ser sentidos ao nível dos exportadores, ao nível dos mercados consumidores, mas ao nível da produção nós continuamos a vender ao preço do mercado que caiu logo a seguir ao surto de BSE

Também é um facto que, por não termos registado casos da doença na Região, não fomos compensados por fundos da União Europeia, pelo aparecimento da mesma noutros mercados, ou seja, não tivemos a doença, não somos compensados, mas ao fim e ao cabo sofremos as mesmas consequências económicas pelo facto dela ter aparecido nos outros mercados produtores.

Em relação à recente história dos célebres fetos e da alimentação do nosso gado, lamento imenso que alguma comunicação social da nossa Região, e não posso deixar de o fazer aqui nesta Casa, dê ouvidos a gente que não merece qualquer crédito. Tomara eu que as vacas nos Açores comessem os fetos!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valdão.

**Deputado Paulo Valdão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Ouvimos o Sr. Deputado Carlos Fraga referir aqui alguns aspectos referentes à exportação de carne de bovino e o modo como o fez, fez-me lembrar outros intervenientes nesta Casa, noutra época, quando também daquela tribuna vinham procurar pintar uma imagem cor de rosa desta problemática.

Nestes aspectos, ou eu percebi mal, não é pelo facto de ter havido um médico veterinário que põe a hipótese das vacas que comem fetos poderem ter um conjunto de tumores malignos que vai prejudicar grandemente a nossa economia.

Como disse o Sr. Deputado, é uma hipótese de estudo inconclusiva, segundo creio, neste momento, embora não conheça o estudo em profundidade.

Lamentavelmente, pelo menos nas Flores, não conseguimos descobrir essa vaca que come fetos, e no dia que a tivermos todos nós vamos querer é dessas vacas que comem fetos porque sairia muito mais económico.

No entanto, há um conjunto de problemas, Sr. Deputado, que esses sim, penso que nós teríamos que analisar.

Há talvez dois anos, o actual Sr. Secretário Regional de Obras Públicas, que está aqui ao meu lado, tal como o colega da Agricultura e Pescas, falavam seriamente no problema da rede regional de abate.

Este Governo há quase um ano que se encontra a governar e em relação à rede regional de abate, permita-me que duvide, efectivamente os avanços sejam tão rápidos quanto eram necessários.

Desejamos e esperamos que efectivamente os matadouros industriais de Ponta Delgada e de Angra sejam executados, bem como os matadouros das outras ilhas. Esperamos que, de facto, esta rede se coordene e trabalhe no sentido da exportação. No entanto, pensamos que a realidade hoje é diferente.

O Sr. Deputado fala num ambiente animador em relação à qualidade da exportação de bovinos em carcaça. Assim sendo, gostaria que o Sr. Deputado me desse aqui dados concretos sobre a qualidade das reses exportadas para o Continente, nos últimos meses, provenientes dos Açores?

Gostava também que fosse capaz de apresentar aqui dados concretos de análises recentes em relação a esses produtos, na altura da exportação e na altura da chegada lá, porque efectivamente, ou vamos ter muito urgentemente uma rede regional de abate a funcionar ou estamos condenados, dentro de pouco tempo, a que não possamos dizer que a situação é animadora. Infelizmente, e segundo informações que penso que são fidedignas, o ambiente não é animador.

Mas, existe outros aspectos que são lesivos da economia da Região Autónoma dos Açores e vou apenas apresentar aqui um caso que é sintomático, caso esse que também no passado apresentei...

**Presidente:** Sr. Deputado, está no fim do seu tempo. Já esgotou os três minutos a que tinha direito.

**O Orador:** Sr. Presidente, nesse caso quero inscrever-me para uma segunda intervenção.

**Presidente:** Sim senhor, está inscrito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Peço a palavra apenas para prestar um esclarecimento e ao prestá-lo sublinhar uma questão de princípio para o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e para o PSD.

O Partido Social Democrata, perante os problemas que foram suscitados sobre o leite nos Açores tomou sempre uma posição de grande responsabilidade e bom senso. Todos nós sabemos que as declarações políticas, mesmo que venham de partidos da oposição, com mais à vontade para explorarem partidariamente os problemas dos Açores, são por vezes nefastas para os interesses da nossa Região.

Quero aqui sublinhar que não me parece, perante estudos inconclusivos, que valha a pena, mesmo perante partidos da oposição, levantar os problemas, quando o silêncio, perante aquilo que, de facto, está a correr bem, é a melhor medida.

Foi assim que o Partido Social Democrata fez. Reunido em Conselho Regional no dia em que essa notícia foi publicada, tomámos uma posição de grande responsabilidade perante este problema e temos dado insistentemente o nosso contributo para a melhor solução sobre um caso que poderia ser muito grave para os Açores.

Não acho de bom tom que se faça desnecessariamente algum debate sobre essa matéria e daí que o nosso silêncio seja um silêncio institucional, um silêncio intencional e com isso damos o nosso contributo na linha de um bom ditado inglês, segundo o qual, quando não há novidades, há boas novidades.

É esta a nossa postura sobre essa matéria e estranhámos que o problema tivesse sido levantado por um deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quando o entendimento inclusive do Governo Regional é de que nesta matéria, como tudo está a correr bem, é melhor silenciar os relatórios positivos sobre uma eventual prestação

do Governo nessa matéria, do que vir aqui sublinhar a contribuição do Governo para a solução do problema.

O Governo faz o seu papel, os agricultores e as associações agrícolas fazem o seu e os políticos também devem dar o seu contributo. No entanto, penso que a melhor forma de contribuir para a solução deste problema, uma vez que não há nada conclusivo, uma vez que não há certezas, porque se as houvesse o debate aí seria necessário, é não falar sobre aquilo que corre bem.

É esta a nossa posição de princípio e é isso que queria aqui sublinhar, para que de resto não se estranhasse o silêncio do Partido Social Democrata nesta matéria.

Muito obrigado.

**Deputado António Meneses (PSD):** Muito bem! Isto é que é uma opção acertada!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Fraga.

**Deputado Carlos Fraga (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Queria tentar responder aos três Srs. Deputados que fizeram observações.

Em relação ao Sr. Deputado Nuno Barata quero-lhe dizer que, embora as diferenças dos preços conseguidos pelo valor das carcaças e de animais vivos não tenham subido em valores muitos elevados, o que é notório é que nos últimos tempos, e após o período de crise posterior à crise das vacas loucas, existe alguma melhoria. Essa melhoria também advém duma maior exportação de carne em carcaça e mesmo desmanchada, o que fez com que houvesse mais procura no mercado.

Relativamente ao Sr. Deputado Paulo Valadão, eu queria dizer também que acho que a qualidade do gado devia ser certificada com um selo. De momento, ainda não o é, mas também não disse que o era. Disse que a nossa carne e outros produtos ladeiam em mercados do Continente com carnes certificadas e produtos de grande qualidade.

Se as superfícies comerciais as colocam em prateleiras e em frigoríficos quase contíguos é porque reconhecem alguma qualidade.

Em relação ao Sr. Deputado Victor Cruz, sobre não falar do assunto, também poderá ser uma atitude, mas o que é certo é que houve um esforço por parte do Governo Regional e de órgãos ligados a ele que também ajudaram a que o problema não tivesse um empolamento maior. Portanto, eu apenas referi estes casos, para dizer que



houve um esforço no sentido de que não houvesse empolamento. Talvez se não tivesse havido esse esforço e ninguém se tivesse esforçado esse empolamento talvez teria sido muito maior.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Na sequência daquilo que estava a dizer há pouco, efectivamente, era importante que o Governo Regional procurasse, no nosso sector económico, defender, acima de tudo, os interesses daqueles que trabalham nesta área.

Continuam a verificar-se, neste momento, situações exactamente iguais àquelas que se verificavam com o Governo anterior do PSD.

Aliás, é caricato, e o Sr. está ligado a esta área tal como eu estou, e compreenderá perfeitamente aquilo que vou dizer.

No dia 6 de Outubro tenham embarcado da Ilha da Flores 450 cabeças de bovinos com destino ao mercado do Continente e que esses animais tenham desembarcado há pouco ou estejam a desembarcar neste momento no cais de Lisboa. Estiveram a passear desde o dia 6 deste mês até ao dia 15. Portanto, levaram 9 dias a viajar das Flores para a Terceira onde desembarcaram, mudaram de navio para virem visitar a cidade da Horta, onde voltaram a desembarcar, - e eu digo aqui desembarcar, porque efectivamente há uma certa percepção em relação ao stress dos animais. Se nós temos stress cada vez que mudamos de avião ou cada vez que desembarcamos num porto ou aeroporto, imagine-se o que é que um animal não terá nestas circunstâncias, sendo manuseado através de guincho e em contentores - depois da cidade da Horta foram para a Madeira onde voltaram a ser manuseadas para chegarem finalmente a Lisboa. Ora, isto é prejudicial à economia da Região. Isto é prejudicial aos produtores da Região.

Podem-me dizer que o Governo não é dono da empresa de transportes marítimos. Evidentemente que não é. Mas, eu penso que o Governo Regional tem o dever de zelar pelos interesses económicos da Região e, como zelador desses interesses, terá forçosamente que procurar junto das empresas de transportes que haja uma coordenação de esforços para que os agricultores desta terra não sejam prejudicados.

E, Sr. Secretário Regional, que neste momento está aqui como representante do Governo, era fundamental que no próximo ano, essencialmente nos meses de Agosto, Setembro e Outubro, houvesse uma coordenação de esforços entre o Governo e a empresa transportadora para que neste meses, que são os meses que vem animais das Flores e que praticamente encham a coberta do navio, os animais saíssem das Flores e entrassem no dia seguinte no navio que os levasse até Lisboa. Isto é, apenas, uma coordenação de navios das mesma empresa.

Pensamos que a situação seria diferente. Pensamos que efectivamente é assim que se deve zelar pelos interesses económicos daqueles que produzem, porque o nosso produtor agrícola hoje, ao preço de competição que existe, está a competir com gado vivo em igualdade de circunstâncias com os grandes empresários desta Europa.

Estes produtores não pedem nenhuma benesse, apenas pedem que os seus direitos sejam defendidos.

Portanto, é uma situação tremenda; é uma situação que provoca um desgaste muito grande; é uma situação que prejudica os agricultores.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Um outro aspecto ainda em relação ao transporte de carne, Sr. Deputado, eu considero que enquanto esta Região não tiver capacidade de certificar a qualidade da carne que exporta, infelizmente a nossa carne pode ser colocada em armazéns óptimos, pode ser colocada em situação da maior qualidade possível, no entanto, peca fundamentalmente porque não está certificada e são os serviço de cá que a devem certificar.

Para mim esta é uma situação fundamental e importantíssima que é necessário tratar a sério.

**Presidente.** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.

Eu queria só dizer que, no que diz respeito ao caso recente da notícia que veio a público sobre a hipotética existência de matérias cancerígenos num certo feto que existe em algumas zonas altas dos Açores, o Partido Popular entendeu também, na

altura, não tomar uma posição, precisamente nesta postura séria de não levantar aleivosias onde elas não devem existir.

Fiz a minha intervenção há bocado, apenas para lembrar e para chamar à razão alguma comunicação social que muitas vezes teima em só ouvir uma parte. Se tivesse ouvido, na altura, os produtores se calhar já não tinham feito título tão sensacionalista e tão mau, para o qual a notícia não passou de um desmentido.

Em relação à questão da carne e da exportação em carcaças e desmanchada, há realmente aqui uma diferença muito grande entre os números que o Sr. Deputado Fraga tem e os meus. É que antes do aparecimento dos surtos de BSE no resto da Europa, a oferta que existia nos Açores de gado para abate era muito superior àquela que existe neste momento e era por várias razões: a primeira, porque agora existe uma medida que se chama abate de vitelos à nascença que tem retirado enorme número de juvenis das nossas explorações; a segunda, porque era também uma componente económica importante para as explorações, que neste momento deixou de ser simpática, porque só recebemos uma ajuda no âmbito do POSEIMA e o preço baixou consideravelmente, da ordem dos 300 e pouco escudos para 180 a 220 escudos que é o que está a ser praticado neste momento.

Em relação à exportação de carne desmanchada e em carcaças, a capacidade instalada é simplesmente ridícula e penso que a informação que o Sr. Deputado Carlos Fraga tem é tal como a informação do tal jornalista que só ouviu uma parte, porque só ouviu um Sr. que desmancha carne e que tem um negócio florescente, precisamente por via da doença, porque desmancha umas carcaças e que as põe em pacotes muito bonitos e que tem o selo de qualidade da sua unidade fabril. Não tem um selo de qualidade regional.

É louvável a iniciativa, mas a capacidade instalada é ridícula e não resolve nem sequer 10% do problema da produção de S. Miguel e muito menos a produção de toda a Região.

Portanto, é falso quando se tenta dizer que, pelo facto de se estar a exportar carne em carcaças e desmanchadas, vai resolver o problema dos produtores de carne da Ilha de S. Miguel e dos Açores.

Os produtores de carne da Ilha de S. Miguel e dos Açores sofreram no passado ano consequências desastrosas por causa da doença das vacas loucas e não foram ressarcidos dessas percas. Não houve medidas e ninguém anunciou soluções.

Queria ainda lembrar que a produção de carne por pequenos produtores, porque às vezes não são agricultores a tempo inteiro, mas oficiais administrativos das Secretarias Regionais; são contínuos, são auxiliares de acção educativa, são muitas pessoas que nalgumas ilhas desta Região produzem 2 ou 3 novilhos na porta do quintal, como componente auxiliar dos seus orçamentos familiares...

**Presidente:** Sr. Deputado, o seu tempo terminou.

**O Orador:** Terminou já Sr. Presidente.

...e essas pessoas foram altamente prejudicadas e não têm agora meios para instalarem novamente as suas produções.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Fraga.

**Deputado Carlos Fraga (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu disse que a exportação de carne de bovinos em carcaça, desmanchada e embalada, começa a tingir dimensões encorajadoras. Qualquer quantidade que fosse exportada a mais do que era costume fazer-se, é bom e é um incentivo para quem quer retomar essa actividade.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** Mas, mesmo assim existem números que são bastante reveladores. Só uma empresa de S. Miguel, que não sei se é a mesma que o Sr. Deputado á a fazer uma exportação num volume bastante interessante, mas eu refiro-me só à de S. Miguel, que foi aquela a que tive um contacto mais fácil, que no ano passado tinha exportado 14 toneladas de carne durante o ano inteiro. Este ano a partir de Julho e até à data já tinha exportado 46 toneladas. É uma diferença bastante grande.

Portanto, o caminho parece que está aberto e é um bom caminho. É o caminho que me parece que traz a solução futura para se acabar com a exportação de gado vivo e todos nós sabemos que esse processo terá de passar pelos matadouros industriais e pela certificação da carne, sendo certo que os primeiros passos já começaram a ser dados.

**Presidente:** Tem a palavra o Dr. Deputado Almeida e Sousa.

**Deputado Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu não queria massacrar...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não massacra nada!

**O Orador:** ...os presentes com esta matéria, mas quero dizer que não tenho nada contra as posições do Sr. Deputado Carlos Fraga.

Agora, quando eu disse que a capacidade instalada era ridícula foi para não cair no ridículo de falar em números como o Sr. Deputado Carlos Fraga falou. Estamos a falar de 46 toneladas que são dois contentores. Isto é única e simplesmente ridículo.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Para a próxima há-de ser 4!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Fraga:

Todos nós sabemos que é necessário criar condições para que os nossos animais sejam exportados manufacturados. Esta é uma questão que sobre a qual todos estamos de acordo. O ideal seria que fosse já amanhã e que todas as ilhas podessem beneficiar dessa exportação. Isso era o ideal, mas, neste momento, não passa de um desejo, porque quando o Sr. fala na exportação que é feita de S. Miguel e da Terceira, vamos efectivamente ver o que é que se passa.

O Sr. Deputado Nuno Barata, há pouco, referiu a quantia, como o Sr. também referiu, mas penso que não devemos entrar pela quantia, porque uma centena de toneladas em carcaça exportadas por ano, da Região Autónoma dos Açores para o Continente, é muito pouco.

No entanto, penso que com estas exportações corremos um risco gravíssimo, que é colocarmos determinado produto no Continente que amanhã, mercê da qualidade que não é certificada e mercê de todos os condicionalismos que implica a não certificação da qualidade, podemos ter desaires muito grandes e bastará que uma quantidade, por muito pequena que seja, desse produto que siga para o Continente e seja enviado para a indústria. Se isso acontecer, estamos conversados.

**Presidente:** Tem novamente a palavra o Sr. Deputado Carlos Fraga.

**Deputado Carlos Fraga (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para dar um esclarecimento muito breve, porque talvez me tenha exprimido mal. Quando referi aquela quantidade de toneladas, que também concordo que não seja uma quantidade por aí além, queria referir-me ao processo de exportação, ou seja, da carne desmanchada e embalada. Não me estava a referir às carcaças.

**Presidente:** Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Ambiente, ambiente e ambiente... são no fundo algumas das parangonas que no início do passado mês de Setembro, enfeitaram certos diários da Região.

Nesta fantástica encenação, lá aparecia o Senhor Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente e a Senhora Directora Regional do Ambiente, a anunciarem um vasto e recheado pacote de medidas legislativas nesta área. E pasme-se meu Deus!... Até parecia para quem via a embalagem mas não atentava no conteúdo, que realmente, agora e pela primeira vez na Região, se tinha descoberto, e pelo que parece acertado, em disciplinar este importantíssimo sector de importância vital, para a sobrevivência do nosso planeta e, por conseguinte, da nossa Região.

Falava-se de um pacote de medidas nesta área, mas não se especificava. Tentava-se dar a este uma dimensão que nos atrevemos a qualificar de esotérica, pela sua subjectividade e falta de clarificação.

Por isso nos parecer que o foguetório era só para entreter curiosos, desviar atenções e acalmar paixões, porque lá diz o provérbio "enquanto o pau vai e vem folgam as costas". Porque depois, quando o tempo se esgotar, lá haverá provavelmente mais um recheado pacote de intenções, que com a ajuda da afecta comunicação social, em devido tempo será apregoado aos quatro ventos, tentando de modo comprometido e responsável levar da melhor maneira a Carta a Garcia.

Só que a Carta a Garcia, é distituída de conteúdo, senão veja-se a amostra: o que se vislumbra de todo este aparato é a criação de uma Autoridade Coordenadora do Ordenamento dos Recursos Hídricos, nas nove ilhas, e a adaptação de um diploma, relativo à gestão de embalagens e resíduos. O resto é sem dúvida, aquilo que o nosso povo diz "fazer chover no molhado", isto é, alterações à legislação já existente, acções resultantes do evoluir dos tempos, como acontece em toda a parte do mundo,

sem ser necessário tomar pequenos almoços com a Comunicação Social e montar espalhafatos de tal natureza.

Melhor seja, o apregoado e recheado pacote, realmente está tufadíssimo, tal e qual foi apresentado, só que o seu conteúdo é quase e só quase vento, ar, enfim nada!...

Só que mesmo quando alguma vez nesta área ou em áreas tão próximas e afins, como é a floresta, a Secretaria da tutela, se apresenta alguma proposta de alteração esta vem quase sempre mal objectivada, desconexada e do ponto de vista jurídico completamente anarquizada .

Se exemplos forem precisos neste tocante teremos um ainda em ebulição ou seja a Proposta de DLR n.º10/97-Protecção do Património Florestal Regional.

Esta Proposta, depois de passar uma primeira vez pela Comissão, subiu ao Plenário, para daqui baixar novamente à Comissão, sendo por último esta substituída por uma proposta nova, porque a primeira realmente não tinha, como se costuma dizer, "pés nem cabeça" para andar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

O que não posso de modo nenhum deixar de trazer a este plenário, é algo do pouco, que este recheado pacote contém, e, que no nosso entender, é sem dúvida da máxima importância.

Neste tocante, a importância resulta, da criação da Autoridade Coordenadora do Ordenamento dos Recursos Hídricos. É caso para colocarmos a seguinte questão.

Quantas mais autoridades coordenadoras, vão ser criadas na área do Ambiente?

Isto porque, ficam ainda por coordenar, as áreas protegidas, a divulgação ambiental, entre outras que poderíamos enunciar...etc, etc, etc... Deste modo, com as autoridades coordenadoras, fica-nos a dúvida do papel que restará à Senhora Directora Regional do Ambiente. Talvez virtual!... Está na moda!... Uma Directora virtual!... Talvez pegue!... Mas, como se está na hora, de satisfazer clientela ou como dizia o escritor "Fartar Vilanagem", a lista provavelmente ainda vai grande, embora queiramos acreditar, que de forma coerente e transparente, nem outra prática era de esperar, da parte do Governo.

No entanto, o aparecimento desta Autoridade Coordenadora, surge isolado e porquê?... Surge porque não foi levada em conta, a nossa posição, quando da

discussão da orgânica do VII Governo, nessa altura dissemos neste Plenário, que não concordávamos com a inclusão do Ambiente na Agricultura, por serem áreas, que de modo geral, disputam muitas vezes lugares comuns, e como é evidente, aqui os interesses chocam-se.

Ora a Autoridade Coordenadora do Ordenamento dos Recursos Hídricos, uma vez que não retira poderes às autarquias, no domínio destes recursos, fica apenas e só apenas, com a parte de sendeiro, qual base amortecedora dos choques, que Sua Excelência, o Senhor Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente, não deseja de modo nenhum apanhar. Mas o mais curioso, é que com esta brilhante ideia, Sua Excelência, o Senhor Secretário, conseguiu duas proezas, aliviar as costas, e criar um posto de chefia. Esperamos no entanto, que noutro campo, o da Agricultura Biológica, Sua Excelência, não se esqueça de também aqui, criar rapidamente uma autoridade coordenadora, que seja ela mesma mais eficiente, que a própria tutela, visto esta, segundo os profissionais do sector, não corresponder às suas reais necessidades, e é pena, uma vez que nesta área, até os serviços da Secretaria, tem sem dúvida técnicos à altura.

Mas é pena também, porque a agricultura biológica, é uma agricultura, de futuro e que nalgumas espécies e variedades, nos pode trazer alguma mais valia significativa para a Região, mas como é do futuro, talvez não interesse a este Governo, uma vez que o mesmo, só mostra apetência para falar do passado.

Mas ainda no campo das autoridades coordenadoras, ficamos á espera, de uma que não se esqueça, dos problemas ambientais de S. Jorge, nomeadamente dos da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, e o da criação de um Parque Natural Regional, na vertente Norte da Ilha, numa zona compreendida entre a Fajã dos Cubres e a Ponta do Topo.

Que tenha em conta, o ordenamento da orla marítima, que proteja e fiscalize devidamente o ilhéu do Topo. Que de uma vez por todas policie as costas de S. Jorge, de modo a que não mais estas, sofram o ataque desregrado, por parte de autênticos profissionais do mergulho, que de outras ilhas, em barcos semi rígidos e lanchas rápidas, as assaltam em autêntica e desenfreada rapinagem, da apanha de lapas, cavacos, cracas, chernes, meros etc... etc...



**Deputado Mark Marques (PSD):** Isso é pessoal do Pico!

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Do Faial!

**O Orador:** Que tenha em conta, uma fiscalização capaz, eficiente, mas sobretudo!... Sobretudo!... Mas mesmo sobretudo, eficaz e constante, que acabe de uma vez por todas com o vandalismo, com o autêntico holocausto, que no presente se está praticando, na população de amêijoas, da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo.

Ao fim de um ano, de Governo do Partido Socialista, aquele em relação à Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, continua igual ou pior aos anteriores Governos, a nada fazer, por aquele ecossistema único na Região, e em todo o Atlântico Norte. Todos nós açorianos ou de outra proveniência qualquer, que tivemos responsabilidades na Administração ou na política Regional, deveríamos ter vergonha, de assistirmos impávidos e serenos, ao lento desaparecimento, de uma das jóias, mais importantes da natureza açoriana.

Embora, nada me demova de continuar a lutar, para que a justiça seja reposta na Caldeira, no entanto em coerência, tenho, sem dúvida, que pedir desculpas a todos aqueles que gostam e se interessam por aquele maravilhoso lugar e dizer-lhe que a minha voz, mais a de todos aqueles, que se tem interessado pela defesa deste ecossistema mais não parece ter sido, que um simples pregão no deserto. Mas tenho igualmente de pedir perdão, aos vindouros e às crianças de hoje por os da minha geração e gerações chegadas serem os responsáveis; caso nenhuma atitude séria em relação à Caldeira seja tomada, de eles no futuro ficarem privados daquele magnífico património.

Ninguém me tira a convicção de que a Caldeira, merecia mais respeito, mas mesmo muito mais quer das organizações ambientalistas e científicas quer da comunicação social, nomeadamente a RTP/Açores que neste tocante votou, como de resto em tudo, S. Jorge ao abandono.

Embora, não seja nosso estilo, brincar com coisas sérias, no entanto se pegar, como se diz em gíria popular, a criação de autoridades coordenadoras, para tudo o que são sectores mais específicos, acreditamos muito sinceramente, que em breve o emprego, baixará zero, o que será uma lança em África, o ordenamento será uma realidade nas

Furnas e Sete Cidades, em S. Jorge, no Pico, nas Flores etc...e que a Caldeira de Santo Cristo em S. Jorge, seja levada também a sério. Espero bem que sim!

Enfim será tudo cor de rosa; cor de rosa não digo bem! ... Porque nos Açores, a maioria se nega a olhar para o vermelho, mas talvez ouro sobre azul, só que temos o azul mas falta-nos o ouro, e, desculpem-me a imodéstia, mas pelo mexer da carruagem, o que parece vir lá dentro é chumbo e não ouro.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra para pedir esclarecimentos o Sr. Deputado António Gomes.

**Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel Brasil:

Na sequência da intervenção que acabei de ouvir, gostaria de fazer duas pequenas perguntas que se prendem com o ambiente.

Como sabe, há lixos domésticos espalhados por toda a Fajã da Caldeira de Santo Cristo, que é uma área ecológica especial.

Também como sabe, os lixos que acabei de referir são da responsabilidade da autarquia.

Não exagero se lhe disser que, nesta data, existem lá toneladas de lixo acumulado sem ter tido o devido destino e que, na minha opinião, há pessoas responsáveis por isso estar nesse estado.

Gostaria que o Sr. Deputado Manuel Brasil me dissesse se tem, efectivamente, diligenciado junto da autarquia no sentido de fazer-se a limpeza de todos os caminhos de pé posto que dão acesso às casas da Caldeira de Santo Cristo, que estão cheios de sacos de lixo de elevada dimensão?

A outra questão que lhe queria pôr é a seguinte.:

O Sr. Deputado Manuel Brasil na anterior legislatura, naturalmente fartou-se de ouvir ler respostas a requerimentos meus, aqui neste mesmo espaço, em que a ex-Directora Regional da tutela dizia que muito recentemente iria fazer com que se deslocasse uma

máquina à Caldeira de Santo Cristo para aí se proceder aos trabalhos que acabou de referir ali daquela tribuna.

Mais tarde, a mesma pessoa também respondeu a um requerimento meu, dizendo que já não era possível levar para lá a respectiva máquina, porque efectivamente a lancha que teria condições para prestar esse tipo de serviço não podia operar naquela localidade.

Eu estou perfeitamente de acordo que é necessário fazer deslocar para lá uma máquina por forma a prestar os trabalhos que se entenda por conveniente.

Tenho também alguma esperança que haja a possibilidade de fazer lá chegar esse tipo de equipamento.

Portanto, gostaria que me respondesse sobre quais têm sido as suas diligências junto da entidade competente e que tem, de facto, responsabilidade nesta área, no sentido daquele lixo, que é doméstico, ser retirado de lá?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

Em primeiro lugar, quero dizer que é verdade que existe lixo doméstico em excesso na Fajã da Caldeira de Santo Cristo.

Também é verdade que V. Exa., segundo me consta, é um elemento da Assembleia Municipal da Calheta e pode, nessa qualidade, facilmente fazer ouvir a sua voz ou por escrito, conforme muito bem o entender. O problema agora é seu.

Da minha parte, posso-lhe dizer que também já fiz chegar, algumas vezes, a minha voz. Quero dizer também que não concordo com aquele lixo lá acumulado, como também não concordo com o lixo que o Governo, no seu comunicado de 16 de Julho de 1997, quando da sua visita à Ilha de S. Jorge, ficou de limpar e eu passo a ler o comunicado, para não me enganar com estas coisas, que dizia:

"Limpeza da orla marítima e margens da Lagoa". Até ao momento, como V. Ex. também sabe, não foi tirado de lá nenhum lixo, a não ser algum que tenha vindo nos sapatos...

*(Risos da bancada do PD)*

...de alguém que vai dar um passeio nas margens da Lagoa.

Sr. Deputado, V. Ex., por um lado, tem uma ótima oportunidade na Câmara da Calheta de, como membro da Assembleia Municipal, pressionar este problema do lixo doméstico e, por outro, V. Ex., como pertencente ao Grupo Parlamentar que suporta o Governo, tem outra belíssima oportunidade...

**Deputado João Cunha (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** ...de pressionar também o Governo para que, no mínimo, cumpra aquilo que prometeu em S. Jorge. Se ainda fosse fora de S. Jorge nós ainda podíamos esquecer, mas ele prometeu foi mesmo em S. Jorge.

Portanto, até aí nós estamos conversados.

A outra pergunta que me fez em relação ao trilhos ou aos caminhos interiores vicinais que existem dentro da Caldeira, essa está explicada com o lixo doméstico.

Se quiser fazer mais alguma pergunta, estou à vossa inteira disposição.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Posto de parte os lixos municipais, já sabia que o Sr. Deputado António Gomes ia falar nessa área e sobre a Caldeira o Sr. não tem novidades.

Há uns anos atrás, nesta Casa, e já é do meu tempo, se isso acontecesse deste lado, caía um bocado do "Céu Velho, o Carmo e a Trindade".

O Sr. Deputado no dia 7 de Janeiro dizia num órgão de comunicação social local o seguinte: "Tenho a certeza que a verdadeira solução para a preservação da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo e respectiva Fajã, passa pela intervenção de uma máquina vocacionada para o trabalho que em consciência se deseja". E referia mais: "Se os técnicos e os meios modernos de transporte não dão resposta, fazê-mo-lo cá, responsabilmente, por processos artesanais".

O Sr. por acaso esteve lá este ano?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

**Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel Brasil:

Eu comungo das suas preocupações relativamente ao ambiente e mesmo no que concerne à Caldeira de Santo Cristo, como não podia deixar de ser.

Estou de acordo com as obrigações do Governo e estou também de acordo que ele terá que cumprir com aquilo que prometeu e vai cumpri-lo possivelmente,...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Possivelmente?! Está a faltar-lhe a fé!

**E Orador:** ...mas se isso não acontecer também eu estarei aqui para lhes dar razão.

A nível ambiental, não há dúvida que a situação mais preocupante, na área ecológica especial da Caldeira de Santo Cristo, é sem dúvida os lixos domésticos. Julgo que também estará de acordo comigo.

Relativamente a esse artigo que é da minha autoria, continuo a subscrevê-lo...

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Que remédio!

**O Orador:** ...e isso vem na sequência muito clara daquilo que a Sra. Directora da tutela, do anterior Governo, ...

**Deputado Mark Marques (PSD):** O Sr. disse isto este ano. Foi em Janeiro deste ano. Não foi a Sra. Directora!

**O Orador:** ...dançava conforme a música, ora dizia que ia para lá a máquina, ora dizia que tecnicamente não era possível transportar a máquina para lá. O Sr. sabe porquê? Porque isso acontecia consoante o tempo. Se estávamos em tempo de eleições a máquina ia, se não estávamos em tempo de eleições, já não era possível transportar a máquina.

Sr. Deputado, quero-lhe dizer que estou aqui para colaborar numa eventual hipótese do transporte da máquina para a Lagoa da Caldeira de Santo Cristo e garanto-lhe e afirmo aqui que me responsabilizo por um meio de transporte daquela máquina, até por esse processo artesanato que acabou de dizer.

Houve foi, no passado, aqui dentro, falta de vontade política da parte do Governo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

**Deputado Aires Reis (PD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo. Era apenas para dar duas palavras sobre este assunto.

Todos nós sabemos que a recolha dos lixos domésticos na Caldeira de Santo Cristo é um assunto muito complicado. É evidente que não podem vir para o aterro sanitário que a Calheta tem e ainda não se conseguiu ter uma ideia muito concreta de qual é a melhor forma de se resolver este assunto.

De qualquer forma, também lhe posso adiantar que ainda antes do próximo Verão vão ser tomadas medidas nesse sentido o que, aliás, são medidas que não são tomadas pela primeira, porque já de outras vezes a Câmara Municipal da Calheta já tomou medidas e a Caldeira já foi limpa por um grupo de pessoas.

Seguindo ainda um pouco aquilo que o Sr. Engenheiro Brasil disse, na sexta-feira passada houve reunião da Assembleia Municipal e não ouvi falar sobre este assunto.

Sempre que se fala aqui num assunto do Governo o Sr. Deputado vem sempre com um assunto da Câmara da Calheta. Isso dá a ideia de que é uma obsessão e todos nós percebemos porquê.

Era só isto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

É só para fazer uma certa afirmação em relação aos lixos domésticos existentes na Caldeira.

É realmente verdade que existe uma dificuldade em tirar os lixos domésticos da Caldeira, mas é verdade também, e o Sr. Deputado sabe isso, que as pessoas passaram a colocar o lixo numas instalações que lá existem e estão abandonadas, e penso que são pertença da Câmara Municipal da Calheta, mesmo de propósito.

Ora bem, nós temos em S. Jorge outras Fajãs, que o Sr. Deputado conhece, que as pessoas levam aquilo que necessitam para a Fajã e trazem de lá o seu lixo para o lugar mais próximo, onde o carro da Câmara o pode ir recolher.

Portanto, neste processo é preciso encontrar um ponto de equilíbrio e neste momento o equilíbrio n.º 1, e estou de acordo consigo, é tirar aquele lixo todo de lá para fora e depois criar as condições ou estabelecer as regras do jogo, para que de futuro não volte mais a acontecer aquilo que neste momento se verifica.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

**Deputado António Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A nossa Assembleia Legislativa Regional tem assim uns aspectos que considero muito engraçados e existe realmente características muito específicas dos deputados de cada uma das ilhas.

Por mais do que uma vez, sempre que um deputado por S. Jorge faz uma intervenção, mesmo sobre questões de ordem geral, desencadeia-se uma guerra jorgina ...

*(Risos da Câmara)*

...nesta Assembleia e por mais geral e genérico que seja o assunto, agente entra nos problemas específicos da rua tal e da canada tal de S. Jorge.

São aspectos muito embaraçados e fazem parte da nossa cultura e vida colectiva.

Queria fazer só uma pergunta ao Sr. Deputado António Gomes, que garante aqui a pés juntos que vai conseguir transportar a máquina para a Lagoa por meio tradicionais, e gostava que me dissesse se a vai transportar é às costas ou se é numa viatura de tracção hipo?

**Deputado Mark Marques (PSD):** É na dos bombeiros!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma vez mais está a ser tratado nesta Assembleia o problema relacionado com a área ecológica especial da Lagoa de Santo Cristo, na Ilha de S. Jorge e, uma vez mais também, o Sr. Deputado António Gomes participa neste debate, desta feita, com uma linguagem já diferente daquela que usava quando estava sentado na bancada da oposição...

**Deputado Fernando Meneses (PS):** É natural!

**O Orador:** ...e a verdade é que aí na bancada da situação, continua a fazer declarações que não correspondem à realidade.

O esclarecimento que estava a dar ao Sr. Deputado António Gomes, é que a Sra. Directora Regional dos anteriores Governos não fazia declarações de acordo com o período em que se encontrava, seja eleitoral ou não.

A verdade é que, como o Sr. Deputado sabe, é bastante difícil fazer deslocar para lá uma máquina e foi no período a que se referiu a última vez que foi possível fazer deslocar uma máquina à Lagoa de Santo Cristo para fazer o desassoreamento.

Foi um processo difícil. Existiam condições e foi possível reunir essas mesmas condições e o trabalho foi realizado. Infelizmente, poucos meses depois estávamos de novo na mesma situação.

Por várias vezes, Sr. Deputado, foram feitas tentativas para se proceder ao desassoreamento da Lagoa, bem como à limpeza do lixo, mas a verdade é que era difícil, como agora também, Sr. Deputado, está a ser difícil para este Governo que já leva quase um ano de governação, que já passou o primeiro Verão sem que lá tivesse feito deslocar a máquina e certamente agora só o poderá fazer no próximo Verão. A verdade é esta: agora é difícil como anteriormente o era também.

Portanto, acho que devemos tratar os assuntos com clareza, com realismo e não vir agora aqui e estar a atirar pedras para trás, porque se fosse para atirar pedras devíamos era atirar para a frente, porque vamos estar não sei quantos meses sem proceder à limpeza e ao desassoreamento da Lagoa.

Era este, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o contributo que gostava de dar neste debate, para que possamos, com realismo, com clareza e com transparência, enfrentar o problema e não estarmos aqui a amesquinhar sempre aquilo que não foi feito no passado, porque também já lá vai um ano e não foi possível concretizar.

Era tudo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Falou-se aqui num assunto que me toca bastante que é as lagoas.

Realmente já se falou muito aqui, mas depois de tudo espremido o sumo dá em nada.

O assunto que eu tinha para pôr aqui, também não vejo neste momento a quem o vá propor, unicamente posso pô-lo aqui aos deputados que suportam o Governo que também conhecem bem a realidade da lagoa que existe no Corvo, é que infelizmente nem no passado, nem agora se fez nada por aquele sítio.

Era só.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.



**Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É para um pequeno e rápido esclarecimento.

Eu não vou responder na totalidade à pergunta que me foi feita pelo Sr. Deputado António Meneses. Fá-lo-ei depois de sairmos desta sessão, para não vos ocupar mais tempo.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Ou porque não tem resposta!

**O Orador:** Mas, contudo queria dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado António Meneses:

Eu quando, de facto, levantei aqui a questão que se prende com lixos domésticos, dizendo que era da responsabilidade de um outro órgão, quis simplesmente fazê-lo porque, de facto, trata-se de uma área ecológica especial e não há dúvida que a situação mais preocupante é aquela que se prende com os lixos domésticos.

Portanto, nós estamos aqui a discutir um assunto muito sério e foi levantado também, com alguma seriedade, pelo Sr. Deputado Manuel Brasil, embora a sua intervenção tivesse um cariz político, e comungo com muitas das preocupações que ele trouxe ali àquela tribuna. Foi precisamente por isso e por saber que os lixos domésticos são a situação mais preocupante que eu abordei aqui esta questão da Caldeira de Santo Cristo e para saber também se o Sr. Deputado Manuel Brasil estava atento para esta questão dos lixos domésticos e se já se tinha diligenciado no sentido de se resolver esta questão, junto da entidade competente.

Foi simplesmente isso que eu quis, de facto, evidenciar aqui com a minha intervenção.

Muito, obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado, eu tenho inscritos ainda, para intervenções, os Srs. Deputados, Rui Pedro Ávila e Manuel Brasil, mas vão ficar para amanhã.

Antes de terminarmos queria anunciar que amanhã os nossos trabalhos iniciar-se-ão pelas 15,00 horas, tendo como ordem de trabalhos a mesma que foi anunciada para ontem em que se acrescenta mais um ponto que será o 11.º - Constituição de uma Comissão Eventual para o Estudo da Toxicodependência na Região, de acordo com a Proposta de Resolução que hoje foi apresentada pelo PS.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa noite e até amanhã.

*(Eram 20,00 horas)*

*(Deputados que entraram durante a Sessão. **PS** - António Silva Melo, Élio Valadão, Vasco Cordeiro; **PSD** - Aires Reis, António Almeida, António Meneses, Jorge Valadão dos Santos).*

*(Deputados que faltaram à Sessão: **PS** - Francisco Oliveira; **PP** - Alvarino Pinheiro).*

---

**O Redactor de 2.<sup>a</sup> Classe:** *José Rodrigues da Costa*